



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

TARCILA KUHN ALVES DE PAULA

**FUMO E AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO SUL DO ESTADO DO
PARANÁ: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA HISTÓRIA DAS PERCEPÇÕES**

**IRATI
2015**

TARCILA KUHN ALVES DE PAULA

**FUMO E AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO SUL DO ESTADO DO
PARANÁ: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA HISTÓRIA DAS PERCEPÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Curso de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, do setor Interdisciplinar da UNICENTRO.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz

IRATI

2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

P324f PAULA, Tarcila Kuhn Alves de.
Fumo e agricultura familiar no Centro Sul do Estado do Paraná :
considerações a partir de uma história das percepções / Tarcila Kuhn Alves de
Paula. – Irati, PR : [s.n.], 2015.
86f.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz
Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação Interdisciplinar em
Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.

1. Agricultura – dissertação. 2. Tabaco. 3. Fumicultura. 4. Trabalho infantil.
5. Ecologia – meio ambiente. I. Klanovicz, Jó. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 20 ed. 633.72

TERMO DE APROVAÇÃO

TARCILA KUHN ALVES DE PAULA

FUMO E AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO SUL DO ESTADO DO PARANÁ: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA HISTÓRIA DAS PERCEPÇÕES

Dissertação aprovada em 27/08/2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Interdisciplinar da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof^a. Dr. Jó Klanovicz

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr^a. Luciana R. F. Klanovicz

Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr^a. Samira Perucchi Moretto

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

Prof^a. Dr. Claiton Marcio da Silva

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Dr. Emerson Carraro

Instituição: UNICENTRO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a sabedoria concedida pelo Divino Espírito Santo. Também agradeço à mãe Maria, por todo o incentivo espiritual que me concederam.

Ao meu orientador, professor Dr. Jó Klanovicz, que em nenhum momento deixou de ter paciência e sempre pediu para que me mantivesse calma, dizendo que os problemas se resolveriam. Seu apoio foi fundamental para a conclusão dessa etapa da minha vida.

Agradeço a minha mãe, meu maior exemplo de vida e superação, que desde o início dessa trajetória acadêmica esteve comigo. Obrigada por ter me ajudado a fazer o projeto de mestrado e lido incansavelmente esta dissertação. Ao meu pai, que sempre esteve me cobrando sobre os prazos, me levou para Irati e Guarapuava inúmeras vezes, me acalmou quando eu estava nervosa e incentivou a continuidade do meu aprendizado. À minha irmã e amiga, Priscila, que sempre soube ouvir e dar os melhores conselhos. Vocês tiveram papel fundamental em mais essa fase da minha vida. Obrigada por tudo.

À família Barbieri, pela acolhida, incentivo e todas as palavras de carinho. Especialmente a vó Leoni (*in memoriam*). Família também se constitui por aquelas pessoas que podemos escolher e eu escolhi estar ao lado de vocês, obrigada por tornarem essa possibilidade recíproca.

Ao amigo Mohamad Fathallah Hajar Neto, pessoa que teve um papel importante na formação de quem eu sou e que durante o ano de 2013 esteve presente em toda a construção da minha vida acadêmica, sempre me incentivando. Desocupar os espaços e reaprender a olhar o outro é fundamental. Que nos lembremos sempre com zelo e cuidado tudo aquilo que nos fez permanecer durante muito tempo ao longo dessa travessia. Consciência tranquila e coração em paz.

Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, em especial aos que tive maior contato durante os anos de mestrado: Poliana Fabíula Cardozo, Cristina Ide Fujinaga, Rafael Siqueira Guimarães, Maria Fernanda Bagarollo. Agradeço também ao secretário do programa, Cesar Zanoni, que sempre respondeu minhas dúvidas com bom humor.

Às professoras Dras. Luciana R. F. Klanovicz e Samira Perucchi Moretto, por aceitarem fazer parte da banca, pela leitura e sugestões.

Às professoras Dras. Rosemeri Moreira, Rosemeire dos Santos Brito e Elisabete Regina de Oliveira, por serem exemplos enquanto mulheres e profissionais.

Ao meu co orientador, professor Dr. Erivelton Fontana de Laat, pelas críticas construtivas e pelo incentivo.

À todos as e os colegas de turma do mestrado, pessoas as quais estive compartilhando momentos de angústias e vitórias. Cito aqui pessoas em especial: Caroline Holm e Karlla Cassol, grandes exemplos de dedicação e amizade, obrigada por sempre compartilharem conhecimentos e demonstrarem palavras de carinho.

Agradeço também as companheiras de viagem, Renata, Carla Orasmus e Samara, nossas voltas de Irati para Palmeira/Curitiba, muitas vezes eram a melhor parte do meu dia. À Briena, por todas as palavras de carinho e conforto para uma pessoa tão ansiosa quanto eu!

À amiga Caroline Becher, que sem sombra de dúvidas foi uma das pessoas mais importantes no processo de confecção e conclusão desta dissertação, estando presente desde o início do curso, demonstrando receptividade, companheirismo, empenho e muita paciência. Você foi quem mais ouviu minhas preocupações, mais incentivou e mais acalmou. Obrigada por toda a amizade! Você sempre será lembrada com amor.

Às pessoas que caminham ao meu lado há anos, e sempre demonstram amizade, dedicação e carinho: Claudia de Souza, Danile Visniesck, Ágatha Transfeld, Lucimara Cieslak, Thaísa Pasternak e Luciana Chociay.

Às amigas que são de outras vidas: Hellynn Voss e Mariane Barbieri. Vocês não falham em nenhum momento e eu não tenho palavras para agradecer.

Aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira, e à todas as famílias fumicultoras, obrigada pelo apoio, por terem aberto as portas de suas casas para me receberem. Vocês são exemplos de garra, determinação e sabedoria.

RESUMO

A cidade de Palmeira está localizada na região Centro Sul do Estado do Paraná, e apresenta-se como pertencente ao Núcleo Regional onde predomina e concentra-se a maior produção de tabaco do Paraná, produzido especialmente por agricultores e agricultoras familiares. Dentro desta realidade, se faz necessário refletir sobre o trabalho infantil, um problema global muito debatido nas últimas décadas. Dentro da lógica de produção fumageira, o trabalho realizado por crianças e adolescentes é muitas vezes naturalizado. A junção desses dois fatores deu origem a problemática desta dissertação: Entender, a partir de uma História das percepções, quais motivos levam os pais e as mães produtores e produtoras de tabaco, inserirem ou não, seus filhos neste ofício, ou seja, como se dá o entendimento do trabalho infantil para este público que, em sua ampla maioria, trabalhou na produção de tabaco quando criança. Para alcançar o objetivo da pesquisa foram utilizados relatos a partir da história de vida de pais e mães produtores e produtoras de tabaco e também entrevistas com filhos e filhas de produtores e produtoras.

Palavras-chave: trabalho infantil; fumicultura; história ambiental.

ABSTRACT

The city of Palmeira is located in the South Central region of Paraná, presents itself as belonging to the core Regional dominated and focuses most Paraná tobacco production, produced especially for family farmers. Within this reality, it is necessary to reflect on child labor, a global issue much debated in recent decades. Within the tobacco production logic, the work done by children and adolescents is often naturalized. The combination of these two factors gave rise to problems of this thesis: Understand, from a history of perceptions, what reasons lead fathers and mothers producers and tobacco producers, insert or not, your children this craft, ie as gives the understanding of child labor for this audience that in their overwhelming majority, he worked as a child in tobacco production. To achieve the objective of the research reports were used from the life story of fathers and mothers producers and producers of tobacco and also interviews with children and farmers and producers daughters.

Keywords: child labor; tobacco growing; environmental history.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
CQCT – Convenção Quadro do Controle de Tabaco
DERAL – Departamento de Economia Rural
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FIA – Fundação para a Infância e a Adolescência
FNPETI – Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IAP – Instituto Ambiental Paranaense
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA – Instituto Nacional de Câncer
IPEC – Programa Internacional para a Elminicação do Trabalho Infantil
LISTA TIP – Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NR 31 – Norma Regulamentadora 31
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SINDITABACO – Sindicato Interestadual da Industria do Tabaco
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais importadores de fumo brasileiro	48
Figura 2 - Material da Campanha 29 de Agosto – Dia Nacional de Combate ao Fumo	58
Figura 3 – Idoso trabalhando na fumicultura	60
Figura 4 – EPI usado na fumicultura	63
Figura 5 – Depósito de agrotóxicos	64
Figura 6 – Luva usada para colher fumo	65
Figura 7 – Espaço de pernoite para que o fumicultor possa cuidar da secagem do fumo.....	66
Figura 8 – Visão interna da estufa	67
Figura 9 – Forno e motor de controle da temperatura da estufa de fumo	68
Figura 10 – Folhas de fumo após a secagem	69
Figura 11 – Equipamento de plantio de fumo.....	70
Figura 12 – Lenha de eucalipto para secagem do fumo	71

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - População ocupada segundo as atividades econômicas	33
Quadro 2 - Principais Estados brasileiros na produção de tabaco em 2012.....	49
Quadro 3 - Produção, rendimento médio e valor da produção agrícola 2012.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O DESPERTAR DA PESQUISA	24
1.1 O TRABALHO INFANTIL E SUA NATURALIZAÇÃO	24
1.2 DE ONDE SE FALA	30
1.3 ASPÉCTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DE PALMEIRA/PR ..	32
1.4 O TRABALHO INFANTIL E A CRIAÇÃO DO PETI	34
1.5 O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA	35
1.6 METODOLOGIA	37
CAPÍTULO II - HISTORICIDADE DO TABACO	43
2.1 HISTÓRIA DO TABACO NO BRASIL	43
2.2 FATORES QUE DETERMINAM O PLANTIO DE FUMO NA REGIÃO SUL DO BRASIL	45
2.3 FUMICULTURA NO BRASIL ATUAL	47
2.4 A FUMICULTURA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA	49
2.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO FUMICULTOR	51
2.6 AGRICULTURA FAMILIAR	54
2.7 O TABACO E O AMBIENTE	55
CAPÍTULO III - HISTÓRIA DAS PERCEPÇÕES	59
3.1 O INÍCIO: AS MEMÓRIAS SOBRE A INFÂNCIA	59
3.2 AS VANTAGENS DO PLANTAR FUMO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS	61
3.3 O USO DOS E.P.I's	62
3.4 RUPTURAS E CONTINUIDADES COM RELAÇÃO A TECNOLOGIA	65
3.5 RUPTURAS E CONTINUIDADES COM RELAÇÃO AO AMBIENTE	70
3.6 O TRABALHO INFANTIL NA FUMICULTURA	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de discutir, de uma perspectiva interdisciplinar e com base em entrevistas com pais e mães fumicultores e fumicultoras e também com adolescentes e jovens, o trabalho infantil nas lavouras de fumo do município de Palmeira, no interior do estado do Paraná. Não interessa aqui a elaboração ou testagem de modelos teóricos que expliquem, de um ponto de vista macro, o trabalho infantil na fumicultura, o que é impossível com apenas quatro entrevistas com pais e mães fumicultores e fumicultoras e treze com adolescentes e jovens que têm histórico familiar de plantio de tabaco. Contudo, é importante considerar, quando de estudos interdisciplinares, que experiências individuais servem para discutir como atingem, influenciam, na esfera privada da pequena propriedade rural, conjuntos de leis, de regras, de tecnologias e de discursos públicos acerca da produção e consumo de tabaco no Brasil contemporâneo.

Alerto aos leitores que, para a confecção desta dissertação, fiz uso de entrevistas com pais e mães plantadores e plantadoras de fumo e com adolescentes filhas e filhos de fumicultores e fumicultoras e por questões de sigilo e ética, alterei deliberadamente os nomes dos entrevistados, substituindo os nomes dos pais e das mães fumicultores e fumicultoras por pseudônimos na forma de números, e o nome das e dos adolescentes e jovens por letras sem, contudo, alterar o teor das entrevistas.

A metodologia usada neste trabalho foi a História oral, pois acreditou-se que a partir dessa metodologia seria possível dar cabo aos questionamentos que inspiraram esta dissertação.

Durante toda minha trajetória como estudante do curso de licenciatura em História, pela Universidade Estadual do Centro Oeste, trabalhei com crianças e jovens da cidade de Palmeira/PR, primeiramente com estágio através da Prefeitura Municipal de Palmeira, nos anos de 2008 e 2009. No ano de 2010, mesmo enquanto acadêmica, iniciei a docência na rede pública estadual de educação, a qual atuo até o momento.

Logo no início de minha carreira enquanto estagiária da Secretaria Municipal de Educação de Palmeira, tive contato com outros estagiários que trabalhavam no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), um programa do governo

federal, destinado a crianças e adolescentes de 7 à 14 anos, que estejam em estado de trabalho infantil.

Este programa visa a retirada das crianças do trabalho infantil através do contra turno social alicerçado a concessão de bolsa para as famílias dessas crianças, desde que as mesmas estejam matriculadas na escola e com no mínimo 75% de frequência.

Na cidade de Palmeira/PR, o PETI está localizado na comunidade de Guarauninha, devido ao alto número de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social e trabalho infantil especialmente na lavoura fumageira.

Nos anos de 2008 e 2009 meu estágio era na área de educação e não da assistência social, portanto não cheguei a ter contato direto com o público frequentador do programa e nem com os gestores municipais responsáveis pela aplicabilidade do PETI naquele momento.

Em 2010, quando comecei a dar aula na rede estadual, escolhi trabalhar no Colégio Agrícola de Palmeira/PR, e em uma escola do campo. Logo durante o primeiro bimestre naquele ano percebi que haviam muitos estudantes que deixavam de frequentar à escola por um determinado período e que eles faltavam porque era época de safra de fumo e os mesmos precisavam trabalhar, especialmente na colheita.

Outro aspecto que me chamou atenção foi de que alguns estudantes já tinham participado do PETI, e assim surgiam diversos comentários e conversas sobre o assunto durante minhas aulas, o que me fez despertar interesse sobre o tema. Tal interesse rendeu o projeto inicial desta dissertação, o qual a problemática norteadora da pesquisa era entender a aplicabilidade da proposta do PETI, enquanto contribuidora ou não para a formação das crianças e adolescentes da cidade de Palmeira/PR, porém, no decorrer do curso de mestrado o foco da pesquisa acabou mudando.

No ano de 2014, o PETI parou de funcionar devido à problemas nas instalações do prédio onde o programa era aplicado, com isso tive dificuldade em realizar minha pesquisa. Outro ponto que me fez mudar o direcionamento de meus estudos foi o fato do PETI estar passando por uma reformulação federal, portanto, na cidade de Palmeira o programa ainda está não voltou a funcionar, mas voltará assim que aconteçam todos os ajustes necessários.

Ao mesmo tempo em que os rumos da pesquisa sobre as crianças em situação de trabalho infantil e o PETI se desconfiguraram, suscitaram questões em torno da agricultora e do agricultor familiar que me deixaram extremamente inquieta.

Dessa maneira, com a soma dos impecílios ao pesquisar o PETI, mais a inquietude perante algumas questões sobre a fumicultora e o fumicultor culminaram na mudança de rumo da pesquisa e, assim se formulou a pergunta a qual busquei resposta: qual o entendimento das fumicultoras e dos fumicultores de Palmeira/PR, sobre o trabalho infantil na lavoura de tabaco? A resposta dessa pergunta se concretizou nesta dissertação, onde pude perceber que as fumicultoras e os fumicultores de Palmeira/PR, tem uma grande preocupação com o futuro de seus filhos e filhas, assim, pretendem de alguma maneira ajudá-los e ajudá-las a iniciar um ofício, como uma espécie de garantia para o futuro, porém, este ofício não precisa necessariamente ser na lavoura de tabaco.

A lavoura de tabaco significa uma importante fonte de renda para 162.410 fumicultoras e fumicultores dos três estados do sul do Brasil, que representam os maiores produtores de tabaco do país (AFUBRA/IGBG, 20013/2014). Porém, ao falar de fumiicultura é necessário pensar outras questões tangentes a este tema além da geração de renda, como o trabalho infantil, a saúde da fumicultora e do fumicultor e o tabagismo, sendo este um tema extremamente debatido na contemporaneidade.

Cada vez mais associa-se o hábito de fumar com o surgimento de doenças cardiovasculares, enfisema, impotência sexual, úlcera, bronquite e diversos tipos de câncer. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), as doenças cardiovasculares e o câncer são as principais causas de morte no Brasil e, entre os tipos de câncer o de pulmão aparece em primeiro lugar em óbitos de tabagistas. De modo geral, o INCA mostra em suas estimativas que o tabagismo é responsável por 200 mil mortes por ano no Brasil, o que significa 23 pessoas por hora (BRASIL, 2009).

Com o impacto social que os dados acima apresentados causam, o INCA, enquanto órgão do Ministério da Saúde responsável por coordenar e executar o Programa de Controle do Tabagismo no Brasil, vem ampliando sua atuação com o intuito de diminuir o número de fumantes. Basta lembrar que até alguns anos atrás

era comum pessoas fumarem em locais fechados, ou que eram permitidas propagandas de cigarros na televisão¹.

Outra medida que teve bastante repercussão na sociedade e na mídia foi a exigência de que os fabricantes de cigarros/charutos ou qualquer produto advindo do tabaco, incluíssem em suas embalagens fotos e advertências sanitárias expondo os malefícios do tabagismo².

Segundo Boeira e Guivant (2003), o anti tabagismo é antigo, em 1604, o rei da Inglaterra, Jaime I (1556-1625), escreveu a primeira obra nesse sentido, denominada de “Counterbast to Tobacco”. Vale destacar que essa preocupação com o antitabagismo não quer dizer que algum país está livre do cigarro, atualmente na Europa o cigarro é um produto presente e com poucas leis de combate.

No século XVII, vários países tentaram proibir o consumo de tabaco, mas isso aconteceu de maneira mais efetiva décadas mais tarde através de algumas religiões cristãs e também devido ao desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos médicos que já alertavam para os malefícios do tabagismo:

O papa Urbano VIII proíbe o uso de tabaco entre eclesiásticos em 1642. Mais tarde, na década de 1830, a Igreja Adventista (EUA) dá consistência a uma tradição cristã antitabagista e de combate ao alcoolismo. Mas a urbanização favorece a popularização do consumo. Paralelamente, emerge na década de 1860 a consciência crítica de médicos, que se somam aos religiosos na luta contra o vício. Formava-se assim a base de uma rede social antifumo ... (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 3).

¹ Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.

§ 3º Considera-se recinto coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas. (NR)

Art. 3º É vedada, em todo o território nacional, a propaganda comercial de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, com exceção apenas da exposição dos referidos produtos nos locais de vendas, desde que acompanhada das cláusulas de advertência a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo e da respectiva tabela de preços, que deve incluir o preço mínimo de venda no varejo de cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tipi, vigente à época, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

² § 5º Nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor, as cláusulas de advertência a que se refere o § 2º deste artigo serão sequencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada 5 (cinco) meses, inseridas, de forma legível e ostensivamente destacada, em 100% (cem por cento) de sua face posterior e de uma de suas laterais.

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2016, além das cláusulas de advertência mencionadas no § 5º deste artigo, nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor também deverá ser impresso um texto de advertência adicional ocupando 30% (trinta por cento) da parte inferior de sua face frontal.

Percebe-se que o antibatagismo surgiu inicialmente como proibição da igreja, porém, sem muito sucesso devido a urbanização. Mais tarde essa preocupação também surgiu entre os estudiosos da área da saúde.

No início da década de 20 surgem leis antitabagistas nos EUA, mas as empresas conseguem driblar as legislações e assim o mercado de tabaco se difunde, mesmo que de forma ilegal. As leis restritivas serviram mais para concentrar o setor que para proibir, pois as empresas buscaram brechas na legislação, conseguindo ganhar o mercado e superar as críticas, especialmente com o lançamento do cigarro com filtro. Em 1960 e 1970 houveram investigações sobre riscos do tabagismo para a saúde, as vendas recuaram e as empresas fizeram estratégias de marketing e mercado extremo para defender seu domínio (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 4).

Boeira e Guivante, citando Miles (1982) e Taylor (1984), relatam que foi devido ao reconhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), da relação entre tabaco e algumas doenças que o mercado interno dos EUA começou a se fechar e assim conseqüentemente houve uma procura por novos espaços através do mercado externo (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 4).

O pensamento em prol da saúde das pessoas em detrimento ao tabaco só vem crescendo a partir de vários órgãos da sociedade, através do setor da saúde, religioso, mas também da educação, de coletivos pró saúde e até mesmo ONG'S.

Atualmente com o intuito de diminuir o número de tabagistas são realizados estudos que tentam por exemplo, mapear o perfil do fumante e verificar quais fatores levaram essa pessoa a começar a fumar. Assim, percebe-se que historicamente existe uma grande preocupação com o tabagista, especialmente por parte do Estado.

Essa situação de preocupação do Estado com o tabagismo se torna clara quando observa-se a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). Trata-se de um tratado de saúde pública da OMS, que começou a ser elaborado em 1999 e o qual possui uma adesão de 178 países. A partir do reconhecimento dos graves danos sanitários, sociais e econômicos decorrentes do tabagismo, esse tratado internacional busca reduzir o consumo, a comercialização e a produção do tabaco (SOUZA, 2009, p. 2).

No que diz respeito ao produtor de tabaco, existem dois artigos específicos na CQCT, o artigo 17 que se refere ao incentivo a diversificação nas propriedades

fumicultoras no sentido de dar alternativas sócio econômicas e ambientais aos produtores que estejam dispostos a mudar de atividade e o artigo 18, que fala sobre a atenção e proteção ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores, no que diz respeito ao cultivo do tabaco (CQCT, 2003, p. 14).

Nota-se que há um descompasso entre a CQCT, seus objetivos e as políticas públicas que tem sido adotadas pelo Estado brasileiro em sua campanha contra o tabagismo. Enquanto é possível perceber que há um forte investimento em campanhas para impedir pessoas de fumar, não é possível perceber, pelo menos dentro do grupo de entrevistados, a mesma intensidade de esforços no sentido de conduzir o agricultor e a agricultora ao encerramento da atividade com o fumo. Muitos deles e delas sequer conhecem a CQCT.

Dizer que os agricultores e as agricultoras desconhecem a CQCT, contudo, não significa dizer que o Estado está ausente da discussão. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vem promovendo chamadas públicas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, os três estados com maior produção de tabaco do país, com vistas à conversão da fumicultura em outras atividades agrícolas.

As chamadas tem por objetivo divulgar a assistência técnica para quaisquer outras atividades em detrimento à fumicultura, por exemplo, a pecuária leiteira, a fruticultura e até o turismo rural, porém, o resultado da tentativa de diversificação nas propriedades fumageiras foi quase inexpressivo, pois o plantio de tabaco está intimamente ligado com a hereditariedade, a cultura, a geração de renda.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), também somou esforços à CQCT, no que diz respeito ao cuidado com a saúde do fumicultor através da Norma Regulamentadora 31 (NR 31)³ que busca controlar os riscos ocupacionais em atividades de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Fonseca (2007), considera que na fumicultura se destacam os riscos de acidentes, a carga horária de trabalho elevada, esforço físico em excesso, posturas viciosas, riscos químicos e intoxicação por agrotóxicos, nicotina, calor, stress, entre outros fatores que acabam por configurar um cenário prejudicial ao trabalhador e a trabalhadora.

³ Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20\(atualizada%202013\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4295EFDF0143067D95BD746A/NR-31%20(atualizada%202013).pdf)

Mesmo com esse cenário, segundo o INCA (2014) e o SINDITABACO (2014), existem 162.410 famílias produtoras de tabaco na região sul, quase todas inseridas no contexto do que oficialmente se considera agricultura familiar no Brasil.

Talvez a persistência na produção de fumo na agricultura familiar esteja ligada diretamente à rentabilidade que essa cultura agrícola oferece, sendo cultivada em pequenas áreas e em qualquer tipo de terreno. Em contextos de pequena propriedade, a conversão a outras atividades agrícolas ficaria inviabilizada diante desse quadro, conforme é possível observar através da fala de #D:

O pai, ele plantou fumo por burro, né? Porque não quis estudar e onde nós moramos não tem chance de conseguir algo mais rentável, só com o fumo, por causa da região. Soja também dava, mas nós não temos condição de comprar maquinário, daí lidamos com o fumo! #D, 2013.

O entrevistado #D, ao ser questionado sobre as razões de plantar fumo em sua propriedade afirma que ele e a família plantam fumo por dois motivos básicos: características geográficas do terreno e condições econômicas. O contexto da agricultura familiar fumageira não pode ser explicado apenas por uma lógica do mercado global de cigarros, deve-se levar em conta esses aspectos específicos.

Se #D, 2013, afirma que, por uma condição de falta de dinheiro, planta fumo e não soja, que hoje representa o produto de maior área plantada no Brasil, isso significa que o fumo gera expectativas culturais e econômicas diversas no público entrevistado. Para alguns o tabaco é parte da vida, naturalizado, impregnado no cotidiano, quase que um produto fetichizado (WOLFF, 1999). , conforme afirma #D, 2013:

Eu passo mal em todas as colheitas, fico com tontura e vômito a semana inteira. Mas vale a pena porque é passageiro! Nem meu pai e nem meu tio passam mal, só eu. O pai passava mal no começo só, agora não! Eu gosto de plantar fumo porque ficamos reunidos com a galera, com os amigos! E o dinheiro também ajuda (#D, 2013).

O adolescente #D, afirma que gosta de plantar fumo por estar reunido com os amigos e a família, e que o fato de passar mal não é necessariamente um problema porque é algo passageiro, citando ainda seu pai como exemplo de alguém que passava mal, mas que com o passar do tempo se acostumou com o trabalho no fumo e não passa mais mal, ou seja, o entrevistado vê no exemplo do pai uma esperança de que um dia não passará mal com o trabalho no fumo.

Através das entrevistas, percebe-se que algumas famílias aprovam e/ou necessitam que os filhos e filhas trabalhem na lavoura fumageira, outras famílias, contudo, afirmam que, se seus filhos e filhas tiverem que plantar fumo, preferem mudar de profissão, abandonar a agricultura. Um olhar mais minucioso sobre a questão nos revela uma preocupação mais pontual de vários entrevistados: o fumo acaba sendo um elemento fundamental para inserir os filhos e filhas na ótica do trabalho rentável da terra, para inseri-los no hábito do trabalho.

O universo do não trabalho nessas famílias é impensável, todos os adolescentes entrevistados sabem descrever o minuciosamente o trabalho na fumicultura, conforme descrevem os entrevistados #D, 2013:

Começamos com a sementeira, com os canteiros, com o preparo dos canteiros, uma lona grande cheia de água, sabe? Daí põem as bandejas sementeiras já e vai cuidando, passando produto químico. Leva uns dois meses até o plantio na terra, daí até a colheita acho que leva mais um mês mais ou menos. Plantando eu não passo mal, porque é tipo, sabe maquininha de plantar feijão? Só que é diferente, é uma abertura em cima, daí põem a muda ali, enfia na terra e a muda certinho ali. Vai plantando, cuidando das mudas até chegar num ponto ideal pra colher. Colhe o *baixeiro*⁴, que é a primeira colheita e que é a mais ruim, a mais difícil de colher, daí tem a segunda. Também tem que classificar, que separar o melhor nas classes, que é o amarelo e o preto. Lá em casa separamos em três classes, depois tem o fardamento. (#D, 2013).

O adolescente descreve todo o processo de trabalho desde o início do plantio até a classificação do tabaco. No decorrer da entrevista ele também contou como era o processo de separação das folhas de tabaco, inclusive qual era a nomenclatura de cada tipo de folha e o valor das mesmas. Isso denota total conhecimento sobre o cultivo do fumo. Dessa maneira, percebe-se que o adolescente, que no ano da entrevista (2013), tinha 16 anos, provavelmente já estava inserido nesse contexto de trabalho há alguns anos. Outro exemplo de que as e os adolescentes tem total conhecimento do manejo do tabaco foi com a entrevistada #E, 2014:

Para cultivar o fumo a gente tem que plantar a semente em uma bandeja de isopor, daí coloca num canteiro com água e depois conforme as mudas vão crescendo você tem que podá-las, a partir da quinta poda e se chover, você pode plantar na terra. Tem dois tipos de plantios: o direto que você tem que plantar aveia antes e nem esperar secar e amassar, e o plantio normal, que é o que nós fazemos, que não planta aveia, mas daí você tem que carpi. Depois que o fumo cresce vem a colheita do baixeiro, e você vai colhendo. Para secar o fumo você tem que ter uma estufa com motor. O fumo fica 4

⁴ No tabaco é chamado de baixeiro as folhas rentes ao chão.

dias e 5 noites secando, enquanto isso pode você ir colhendo e guardando o fumo no paiól. Depois vem a parte de classificar, *embonecar*⁵ e fazer o fardo, depois mandar para a companhia de fumo para daí chegar na fábrica de tabaco (#E, 2014).

Além do fato de descrever minuciosamente o processo de trabalho do tabaco, a adolescente demonstra também sabedoria sobre a agricultura de modo geral, isso é observado quando a entrevistada #E, (2014), diferencia o plantio direto do não direto.

Se faz necessário ressaltar que através das entrevistas, o jovem e a jovem do campo demonstram domínio sobre as práticas agrícolas, especialmente no que diz respeito ao fumo, obviamente, por ser o tipo de agricultura presente no dia a dia dos entrevistados e entrevistadas. É provável que este conhecimento advém do próprio viver, pois o trabalhar é algo naturalizado, que faz parte inclusive da integração da família.

A maioria dos entrevistados começou a trabalhar com o fumo ainda enquanto crianças, assim, o plantar fumo aparece como uma questão hereditária, cultural, conforme afirma #D, 2013: “O pai da minha mãe plantava fumo, e plantava bastante, eu ajudo desde pequeno, desde os 6 anos comecei a ajudar meus pais”. Também percebemos que o entrevistado #R, 2013, adquiriu o hábito do trabalho na fumicultura através da família: “Faz 12 anos que eu trabalho, tenho 18, comecei a trabalhar com 6, é que o pai e a mãe trabalhavam!” #R, 2013.

No mundo rural da agricultura familiar, e em especial no mundo rural da fumicultura, que é inerente à esse regime de uso da terra, adultos e crianças trabalham. É o seu dia a dia. Não se permite, de um ponto de vista ético e cultural, não trabalhar. O trabalho está antagônico ao não trabalho, seja na lavoura ou nas atividades domésticas:

Uma filha começou a trabalhar de ver, mas a mais nova não gosta muito, a mais velha tem 21 anos e a mais nova 19, por isso que faz tempo que eu estou incentivando a mais nova a estudar, fazer faculdade, não é só porque faz mal, é porque ela não gosta. Porque até a mais velha se formou no ensino médio, mas já estava grávida quando se formou, daí teve que assumir a filha e o marido, talvez se ela não tivesse engravidado ia tentar vestibular, porque ela era uma menina bem inteligente #2, 2015.

⁵ São chamadas de bonecas ou manocas várias folhas de fumo de uma mesma classificação quando amarradas umas nas outras pelo talo.

Neste momento a fumicultora foi interrompida pela filha que afirmou: eu não gosto porque faz mal e eu não levo jeito, e agora eu passei no vestibular, vou estudar. Sair daqui eu não quero, mas trabalhar com o fumo também não #HE, 2015.

Conforme a fala da fumicultora acima, percebemos a necessidade de trabalho, independentemente da esfera na qual a família está inserida, pois a entrevistada mostrou que gostaria que sua filha mais velha tivesse ingressado numa faculdade, tal como a mais nova, porém, como ela engravidou, isso inviabilizou seus estudos e a fez assumir o compromisso com o trabalho, o que poderia ser postergado com a faculdade. Portanto nesse caso, pode-se afirmar que o que está em pauta não é o trabalho na fumicultura, mas aprender algo que lhe garanta um trabalho.

Assim, esta dissertação está justamente voltada à problematização das intersecções que existem entre o fumo e os modos de vida das famílias fumicultoras, especialmente ao que tange o trabalho infantil. Nesse sentido vale ressaltar o trabalho como elemento fundamentalmente valorizado pelas famílias de agricultores e agricultoras. Assim, faz-se necessário conceituar o entendimento do conceito de trabalho adotado como norteador da interpretação das entrevistas bem como na elaboração desta dissertação:

O que chamamos de trabalho é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne de nossa existência, individual, social, foi uma invenção, mais tarde generalizada do industrialismo. O “trabalho”, no sentido contemporâneo do termo, não se confunde com os afazeres, repetidos dia após dia, necessários à manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja, que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo e seus próximos serão destinados e os beneficiários; nem com o que empreendemos por conta própria, sem medir nosso tempo e esforço, cuja finalidade só interessa a nós mesmos e que ninguém poderia realizar em nosso lugar. Se chamamos a essas atividades “trabalho” - o “trabalho doméstico”, “trabalho do artista”, o “trabalho” de autoprodução -, fazêmo-los em um sentido radicalmente diverso do sentido que se emprega a noção de trabalho, fundamento da existência em sociedade, ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última (GORZ, 2003, p. 21).

Para Gortz, o entendimento do trabalho se dá como algo fundamental a existência humana e a vida em sociedade. Outras atividades também são chamadas de trabalho, mas de maneira geral, sem ter esse peso social que o trabalho aceito e reconhecimento pela sociedade têm. É algo diferente de qualquer ofício que

empreendemos para nós, pois tem de ser reconhecido em sociedade, algo realizado na esfera pública, solicitado, reconhecido pelos outros além de nós. E é através deste trabalho que ganhamos identidade social, que nos inserimos em uma rede de relações, que somos reconhecidos (GORZ, A. 2003, p. 21).

Assim, a fumicultura enquanto atividade que não serve apenas aos fumicultores e fumicultoras, que está inserida numa esfera global, é portanto reconhecida e inclusive geradora de uma identidade própria ao trabalhador e a trabalhadora deste ramo. No interior do estado do Paraná a fumicultura é uma atividade marcante na economia de pequenas propriedades ligadas à agricultura familiar.

O agricultor familiar é aquele que não detém área maior do que 4 módulos fiscais⁶, utiliza predominantemente mão de obra própria da família nas atividades econômicas de seu estabelecimento, tem percentual mínimo de renda familiar originado de atividades de seu estabelecimento e dirige sua propriedade com sua família (BRASIL, 2006).

Sabe-se que esta é a realidade das famílias fumicultoras do Brasil, especialmente no que toca nossa pesquisa, no centro sul do estado do Paraná, onde grande parte delas contam com a mão de obra inclusive infantil, conforme já ficou evidente nas entrevistas acima citadas.

O trabalho infantil na fumicultura é tido como um sério problema por organismos nacionais e internacionais e vem ganhando notoriedade a partir das duas últimas décadas, especialmente a partir da emergência pública da problematização do tabagismo.

Três elementos se fundem a partir dos anos 1990: O estatuto da criança e do adolescente que começa a forçar a escolarização infantil e dar direitos à criança do ponto de vista jurídico no país. Lembremos que antes do estatuto, não existia a figura jurídica da criança em lei, apenas do menor (lei ainda de 1929). Outro elemento é a saúde pública, a preocupação com a saúde das crianças e adolescentes envolvidos em trabalho, e a emergências da criação de políticas públicas para minimizar o trabalho infantil, e também a criação de ONG's, grupos de ajuda comunitária e o envolvimento social para a resolução do trabalho infantil.

⁶ Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), na cidade de Palmeira, um módulo fiscal corresponde a 16 hectares, assim, 4 módulos são correspondentes à 64 hectares.

Deve-se lembrar que o desenvolvimento de uma criança não ocorre apenas nos aspectos biológicos, mas num conjunto de relações interpessoais que abrangem também aspectos psíquicos, afetivos, sociais e culturais que podem interferir no processo de crescimento das crianças e adolescentes.

A Organização Mundial do Trabalho, OIT (2009), esclarece que nem todo o trabalho realizado por criança e/ou adolescente é classificado como trabalho infantil, assim, o termo é reservado apenas a atividades de trabalho que privem a criança de sua infância e de sua dignidade, sendo este prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental e que atrapalhe/interrumpa em seu processo de escolarização.

De acordo com a legislação adotada no Brasil, trabalho infantil é todo aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade, embora seja permitido o trabalho a partir dos 14 anos, desde que na condição de aprendiz. É também proibido à adolescentes entre 16 e 18 anos trabalharem em atividades insalubres, perigosas ou penosas; de trabalho noturno; de trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas; e, ainda, de trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social (SCHWARTZMAN, 2001, p. 3-4).

Segundo a OIT, em setembro de 2013 estavam em condições de exploradas 168 milhões de crianças em todo o mundo, 11% de toda a população infanto-juvenil, estima-se que a metade deles, que corresponde a 85 milhões, nas piores formas de trabalho infantil (BRASIL, 2013).

De acordo com o Decreto 6.481 de 12 de junho de 2008, Artigo 1, mostra que na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (TIP)⁷, o trabalho no processo produtivo e no beneficiamento do fumo está inserido como um dos piores e mais danosos tipos de trabalho, pois a criança e o adolescente estão exposto à diversos riscos criança estes riscos:

Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes, levantamento e transporte de peso; exposição a poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas (BRASIL, 2008).

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>.

Considerando os riscos à que as crianças e adolescentes estão expostos durante o processo produtivo do tabaco e partindo de uma concepção à priori de que atualmente os fumicultores e fumicultoras e até mesmo as próprias crianças e adolescentes envolvidas no processo produtivo do tabaco têm conhecimento dos malefícios que essa atividade pode acarretar ao longo de suas vidas, esta dissertação objetiva compreender o entendimento dos pais e mães fumicultoras sobre o uso da mão de obra infantil na fumicultura, buscando identificar se ele é cultural ou econômico.

Vale ressaltar que estudar a utilização da força do trabalho infantil seja na fumicultura ou em quaisquer outras atividades, faz com que se compreenda a sociedade atual e o modo que o trabalho é visto nesta sociedade, pois o trabalho é estritamente específico e histórico.

Para atingir o objetivo proposto, esta dissertação foi dividido em três capítulos. O primeiro deles denominado “O despertar da pesquisa”, dedica-se a mostrar e historicizar o local onde a pesquisa foi realizada, a metodologia adotada para a elaboração da dissertação e análise das fontes bem como historicizar a naturalização do trabalho infantil, tema central dessa pesquisa. O capítulo II, denominado “Historicidade do tabaco”, remonta a história do tabaco no Brasil e evidencia a importância do mesmo para os agricultores e agricultoras familiares, especialmente da região sul do país.

O terceiro capítulo, “História das percepções”, é escrito a partir da história de vida das fumicultoras e dos fumicultores, onde elas e eles descrevem minuciosamente suas práticas e suas formações e entendimentos de mundo a partir do trabalho com o tabaco, assim, este capítulo mostra as percepções dos produtores e das produtoras de fumo sobre suas práticas e sobre o trabalho infantil.

Pode-se afirmar que o trabalho infantil dentro da realidade exposta nessa dissertação, mostra um viés de como a sociedade está organizada, mesmo se tratando de um local específico, demonstra como esta sociedade se torna naturalizadora da lógica produtiva que utiliza prematuramente a força de trabalho infantil para garantir os meios de sobrevivência, outras vezes, porém, essa lógica trabalhista permeia por um viés cultural.

CAPÍTULO I

O DESPERTAR DA PESQUISA

Para as pessoas lembramos que, se existe menor marginalizado (e eles são milhões!), não foram eles que se automarginalizaram. Sua existência implica a de uma sociedade marginalizadora – esta, sim, a verdadeira responsável por sua marginalização. O desemprego, o subemprego, a injusta distribuição de renda, a política salarial desumana, estes são os primeiros e mais básicos responsáveis pela existência do problema. Antes de vermos e condenarmos o pecado pessoal de um homem, de uma mulher ou de uma criança, devemos abrir os olhos para o pecado estrutural de uma sociedade erguida sobre a miséria e a injustiça. (Antonio Carlos Gomes da Costa, 1999) Apud. Dantas, Nozângela Maria Rolim, 2007.

1.1 O TRABALHO INFANTIL E SUA NATURALIZAÇÃO

Segundo Kassouf (2007, p. 324), o trabalho infantil não é um tema recente da literatura, mas apesar de não ter iniciado com a Revolução Industrial, foi a partir dela que muitos historiadores apontaram um agravamento para a utilização de mão de obra infantil nessa época. O que houve de lá para cá foi um aumento dos estudos evidenciando os prejuízos que esse tipo de trabalho trás à vida das crianças e adolescentes. Em 1861, o censo da Inglaterra mostrava que quase 37% dos meninos e 21% das meninas de 10 à 14 anos trabalhavam (KASSOUF, 2007, p. 324).

Vale destacar que no período medieval e moderno as crianças já eram envolvidas em atividades laborais, mas foi a partir da era industrial que elas passaram a se tornar peças fundamentais na sociedade e passaram a ganhar visibilidade.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2003), trata a Revolução Industrial como a emancipação de alguns que exige a supressão de outros, aqui, cabe afirmar que nesse sentido, a emancipação pertence aos donos dos meios de produção e a supressão cabe aos donos da força de trabalho, inclusive as crianças e adolescentes.

Nesse contexto inicia-se uma vigilância e um controle sobre o trabalho, e cria-se uma consciência coletiva “forçada” de que o trabalho dignifica o homem e é capaz de mover a história e as sociedades. Cabe aqui citar o “Instituto do trabalho bem-feito”, termo que Veblen escolheu para descrever um possível gosto natural

pelo trabalho efetivo e um despreço pelo esforço fútil, que em sua opinião, está presente em todos os seres humanos (BAUMAN, 2003, p. 31).

O trabalho infantil ganha uma lógica que se cristaliza com a construção de discursos do senso comum de que o trabalho aparece como uma alternativa para ocupar a infância e evitar que crianças e adolescentes trilhem o mau caminho, como a ociosidade, a mendicância e a vadiagem (RIZZINI; RIZZINI, 1996, p. 30).

Esse paradigma da modernidade pautado na lógica produtivista onde o trabalho ocupa o lugar da vadiagem, da preguiça e do ócio, permeia na interação social de muitas famílias fumicultoras do interior do estado do Paraná, conforme descreve a entrevistada #1:

Tenho mais 4 irmãos, os mais velhos trabalham no fumo, já o outro irmão que é mais novo não, ele é 10 anos mais novo, e daí o pai já não plantava mais fumo, é transportador. Ele tem 15 anos hoje e nunca trabalhou, ele é um vadio. Ele é bonzinho, é carinhoso, mas é um vadio, é só computador e vídeo game (#1, 2015).

Percebe-se a importância do trabalho em detrimento de outras atividades, mesmo que atualmente estas atividades, tais como citou a entrevistada - vídeo game e computador - signifiquem algo extremamente ligado ao dia a dia de muitas crianças e adolescentes. Observa-se que existe uma preocupação por parte das agricultoras e dos agricultores para reforçar essa ideia presente no advento da modernidade.

Em 1530 quando iniciou o processo de colonização do Brasil com a chegada das grandes embarcações, estavam presentes grumetes e pajens que desembarcavam de Portugal na condição de trabalhadores, no Brasil (RAMOS, 1999, p. 19).

O doutor em Direito André Viana Custódio (2007), em sua obra *Direito da Criança e do Adolescente*, descreve o trabalho infantil no Brasil colônia, e caracteriza os grumetes como crianças que realizavam atividades perigosas e, quando não realizavam suas tarefas da forma que deveriam, eram submetidas à castigos como abusos sexuais de marujos. Por pajens, pode-se entender aquelas crianças encarregadas de serviços menos penosos, como arrumar as camas e camarotes e servir as mesas da nobreza (RAMOS, 1999, p. 28).

Percebe-se o grande caráter polissêmico da palavra criança, e que suas variações acontecem muitas vezes para significar o trabalho que esta exercia,

porém, não cabe aqui focar a atenção apenas na polissemia em torno da palavra criança, mas cabe sim refletir sobre como as crianças foram entendidas em diferentes tempos históricos e, junto com isso refletir sobre a construção e naturalização do trabalho infantil.

Outro ponto que chama atenção com relação a criança e ao adolescente no Brasil colônia, é o fato de que crianças e adolescentes negros e negras eram vendidos no Mercado do Valongo como mercadorias. Leite (2001), mostra um relato de Robert Walsh, de 1828, onde ele descreve como é este processo:

Quase todas as casas dessa rua [Valongo] são depósitos de escravos, que ali ficam à espera de seus compradores [...] quando chega um comprador, eles são trazidos à sua presença, sendo estes examinados e apalpadados em qualquer parte do corpo, exatamente como já vi açougueiros fazerem com bois [...] senti-me atraído por um grupo de crianças, uma das quais, uma menina, tinha um ar triste e cativante. Ao me ver olhando para ela, o cigano a fez levantar-se dando-lhe uma lambada como uma comprida vara [...] era desolador ver a pobre criança em pé à minha frente, toda encolhida em tal estado de solidão e desespero ... (LEITE, 2001, p. 28).

Num período em que não haviam leis que norteavam o cuidado da criança branca, e criança negra era invisível perante a sociedade, sendo naturalmente inserida na lógica do mercado como sinônimo de um trabalhador ou uma trabalhadora, alguém que era exposto como uma mercadoria, e de acordo com seu corpo poderia ser comprado para servir de escravo ou escrava.

Seguindo essa ideologia o trabalho infantil foi se naturalizando e se tornou presente em nosso cotidiano, em nossas famílias, em nossas comunidades. Freitas (2001), pontua que apenas no final do século 20 a infância tornou-se um problema público para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa.

Cabe aqui ressaltar que o conceito de infância difere de um país para o outro, dependendo da idade cronológica e fatores sócio culturais, assim, a ideia de trabalho infantil também recebe tratamento diferenciado segundo cada país e legislação (KASSOUF, 2007, p. 32).

Arend (2008) aponta que essas ideais de infância e juventude burguesas construídos no Brasil ao longo do século XX, e que eram repassados pela imprensa, apontavam para a necessidade, do ponto de vista das elites, de “salvar” as crianças pobres do ócio, do vício e da miséria.

Atentamos portanto, para a ideia de infância, que diferente dos conceitos de criança e adolescente, assim, não visto como uma fase biológica da vida, mas uma construção social e histórica (LEITE, 2001, p. 21). A autora afirma que a infância passa a ser visível quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem não conseguem administrar seus filhos, assim, as crianças se tornam “menores”.

Até 1920, a palavra “menor”, era sinônimo de criança, adolescente ou jovem, filhos dos pais e mães de baixa (ou nenhuma) renda, ou seja, uma expressão estereotipada direcionada a criança e adolescente pobre. Já, criança e adolescente era o termo usado para designar os filhos e filhas daqueles que possuíam alguma condição financeira, que frequentavam a escola e não precisavam trabalhar (DANTAS, 2007, p. 25).

No século 20 os avanços favoráveis com relação ao cuidado com a criança e os adolescentes foi algo visível, como diminuição das taxas de mortalidade infantil, aumento da estatura média dos jovens, maior taxa de alfabetização e de frequência à escolar.

O Estado se voltou ao cuidado dos menores abandonados, assim, o que norteava a ação do Estado era o Código dos Menores de 1927, porém, qualquer conduta “irregular” do menor, a responsabilidade era atribuída à família. Portanto, a partir deste dispositivo as crianças e adolescentes eram transformados em delinquentes em potencial (DANTAS, 2007, p. 27).

Apenas com a Promulgação dos direitos da criança e do adolescente, a partir de 1994, que são lhe conferidos novos rumos e expectativas. A criança e o adolescente passam por ficar a cargo do Estado, mas também da família e da comunidade. O termo “menor”, por sua vez foi reconstituído, destituindo-lhe o caráter discriminatório potencial (DANTAS, 2007, p. 29).

Com relação à educação das crianças, no Brasil colônia os primeiros professores foram os padres jesuítas, lembrando é claro, que essa educação possuía um caráter eminentemente cristão, e que estes professores jesuítas utilizavam o trabalho para tornar essas crianças disciplinadas e obedientes.

Dessa forma o trabalho era imposto como algo que poderia “salvar” essas crianças das maldades terrenas, garantindo-lhes o céu, pois seria através do labor que elas estariam realizando algo útil para a sociedade (CUSTÓDIO, 2009, p. 91).

Percebemos aqui que a lógica do sistema capitalista remete a educação ao status de mercadoria, estabelecendo um vínculo entre educação e trabalho.

Além do cuidado comunitário, outra missão estabelecida pelas igrejas nas Santas Casas de Misericórdias, era exercer os primeiros cuidados ao atender as crianças abandonadas através da Roda dos Expostos, que é extinta tão somente na década de 1950 (MARCILIO, 1999, p. 51).

A roda dos expostos servia como um lugar específico para deixar as crianças as quais a família não tinha condições de cuidar. Assim, para que essas crianças recebessem cuidados nas Santas Casas, foi preciso contar com a ajuda de escravas que exerciam a função de amas de leite. Com relação à essa situação a historiadora Maria Luíza Marcilio comenta:

Quase por século e meio, a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. É bem verdade que, na época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, essa assistência, quando existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças (MARCÍLIO, 2003, p. 53).

A criança depositada na roda dos expostos era recolhida, logo em seguida batizada e fazia-se um inventário com seus possíveis pertencem, após, registravam essa criança no livro de entrada dos expostos. Porém, dificilmente as crianças ficavam asiladas nas Santas Casas de Misericórdia, sendo assim entregues às amas de leite que ganhavam um pequeno estipêndio para cuidar dessas crianças até que elas completassem uma idade julgada suficiente para começarem a ser exploradas no trabalho, então retornavam às Santas Casas de Misericórdias. Percebe-se assim a articulação da ideia de criança abandonada como fonte de trabalho e conseqüentemente capital, sendo tratadas como um investimento. Segundo Marcilio (2001, p. 79):

Só a partir dos anos 1960, houve funda mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava a fase do *Estado do Bem- Estar*, com a criação da FUNABEM⁸ (1964), seguida da

⁸ Fundação do Bem Estar do Menor, criada em 1 de dezembro de de dezembro de 1964, pela Lei nº 4513, vinculada ao Ministério da Justiça. (Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), 2015).

instalação, em vários estados, das FEBEMs⁹. Com a Constituição Cidadã de 1988, inseriam-se em nossa sociedade os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU¹⁰ nos anos de 1950 e a LOAS¹¹ (1993), o Estado assume enfim sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência desvalidas, e estas tornam-se sujeitos de Direito, pela primeira vez na História (MARCILIO, 2001, p. 79).

Percebe-se que a criança abandonada só deixou de ser tratada como uma mercadoria, ou um trabalhador em potencial com a implantação do Estado de Bem-Estar. Cabe aqui ressaltar que o entendimento de Estado de Bem-Estar não condiz com a aplicabilidade do que se viu historicamente no Brasil, pois as FEBEM's, serviram para encarcerar e marginalizar adolescentes pobres. Porém, vale datar que foi através desses marcos que o Estado passou de uma forma ou outra, a se responsabilizar pela criança e adolescente.

A historiadora Elisabeth Badinter (1985), dá destaque ao papel central que a criança ganhou nas famílias durante o século XIX, pois foi nesse período que a criança começou a ser digna de atenção e investimentos. Seguindo esse viés de proteção e cuidado em torno da criança, em 1959, foi instituída a Proclamação Universal de Direitos da Criança¹²:

Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, será credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família¹³ (BRASIL, 1959).

Sabe-se da importância legal que a Proclamação Universal de Direitos da Criança possui, pois dá igualdade de direitos para todas as crianças, independente de etnia, credo ou classe social, e garante também o direito das crianças terem proteção, de viverem em um ambiente digno, com oportunidade de um desenvolvimento sadio.

No Brasil por sua vez, foi na década de 1980 o marco inicial para os direitos da criança e do adolescente, conforme apontam as educadoras Maria dos Anjos Lopes Viela e Célia Regina Vendramini:

⁹ A Lei Estadual 1.534 de 27/11/1967 autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, vinculada a Secretaria de Estado e Serviço Social. Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), 2015).

¹⁰ Organização das Nações Unidas.

¹¹ Lei Orgânica da Assistência Social.

¹² Proclamada em 20 de novembro de 1959, pela Organização das Nações Unidas.

¹³ Disponível em <http://www.unicef.org.br/>

A década de 1980, no Brasil, pode ser considerada um marco na luta em favor dos direitos sociais das crianças com sua extensão na década de 1990: a promulgação da Constituição Federal de 1988; a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; a aprovação, em 1990, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); o IPEC (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil) em 1992, e a criação, em 1994, do FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) como espaço para reunir e articular os poderes envolvidos em políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil (entidades do Governo Federal, organização de empregadores e trabalhadores, ONGs, Procuradoria Geral da República e Ministério Público do Trabalho); os programas do IPEC (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil) em 1992, e a criação, em 1994, do FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) passam a incluir, a partir de 1992, o tema do trabalho infantil na agenda de políticas sociais e econômicas (VIELA; VENDRAMINI, 2010, p. 120).

Apesar do surgimento e da importância dessas leis para garantirem os direitos sociais e civis das crianças e dos adolescentes, sabe-se que nem todas as crianças possuem de fato esses direitos efetivados, tendo assim enormes prejuízos ligados a infância, como fome, maus tratos, trabalho infantil, prostituição, precariedade na educação, saúde, cultura, esportes, abusos psicológicos, sexuais, entre outros.

Por fim, no século XX eram visíveis os avanços favoráveis as condições das crianças e dos adolescentes como: diminuição das taxas de mortalidade infantil, aumento da altura média dos jovens, maior taxa de alfabetização e de frequência à escola. Porém, mesmo depois de tantos estudos em torno da temática, concretizando os prejuízos que o trabalho infantil trás às crianças, em pleno século XXI, a OIT divulgou em setembro de 2013, que no mundo ainda há mais de 168 milhões de crianças trabalhando¹⁴.

1.2 DE ONDE SE FALA

As terras que hoje pertencem à cidade de Palmeira/PR, começaram a ser habitadas - além dos índigenas - no início do século XVIII, através da distribuição de cartas de sesmarias que eram enviadas aos portugueses. Outro ponto importante para a habitação da cidade se deu com o Caminho de Viamão, que ligava o Rio Grande do Sul a Sorocaba/SP. Neste trajeto, até então habitado apenas por índios

¹⁴ Disponível em <http://www.oit.org.br/content/numero-de-criancas-que-trabalham-caiu-um-terco-desde-2000>

Kaigangues, surge a Vila da Palmeira, lugar com amplas pastagens para gados, onde os tropeiros paravam para passar a noite.

Outro fato que merece destaque quanto à colonização da cidade de Palmeira foi a vinda de uma capela de Nossa Senhora da Conceição, antes pertencente à Freguesia de Tamanduá. A vinda desta capela fez com que houvesse a construção da Igreja Matriz onde está edificada hoje a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, terras doadas pelo Tenente Manuel José de Araújo, a pedido de sua devota esposa, Ana Maria da Conceição de Sá, por ato de 07 de abril de 1819, data do aniversário da cidade (MAYER, 2013). Sobre esse acontecimento, Teresa Wansovicz Mayer relata:

Com a transferência da sede da Freguesia de Tamanduá para Palmeira, a população gradualmente foi se transferindo para o novo povoado não só em virtude da construção da nova Igreja; como também em busca de melhores condições de vida. (...) Pode-se dizer que a evolução social de Palmeira, processou-se sob os melhores auspícios, isto não só por motivos de possuírem propriedades e fazendas na Nova Freguesia (...) A corrente imigratória iniciou-se com a chegada dos primeiros colonos à região dos Campos Gerais, russos-alemães, procedentes do Volga na Rússia, fixando-se também em Palmeira no ano de 1878 (MAYER, 1992, p. 22).

Percebe-se que a transferência da Freguesia de Tamanduá para Palmeira fez com que aumentasse o número de imigrações para a cidade. Porém, este não é o único fator desencadeante de tal colonização, houve também um grande incentivo de colonização das terras dos Campos Gerais por parte do governo que lhes concedia vantagens excepcionais e particulares, tais como gado, dinheiro e objetos domésticos (MAYER, 1992).

O assentamento definitivo das bases do grande capital nas várias regiões da Europa no final do século XIX e início do XX causou grande mobilização populacional de famílias de colonos para outras regiões do mundo. O Brasil, nessa mesma época, criou políticas de incentivo à imigração familiar européia para algumas regiões até então despovoadas do sul do país, assim, se formaram diversas colônias de imigrantes oriundos dos mais diversos países europeus.

Segundo Mayer (1992), o número de imigrantes russo-alemães que chegaram a Palmeira nesta mesma época era de 1.101 pessoas. No que se refere à questão da agricultura, os imigrantes fracassaram, pois não estavam habituados com o tipo de solo presente na cidade de Palmeira/PR, dessa forma, era comum que estes se queixassem da infertilidade do solo que só produzia com estrume. Há registros

também de colonização polonesa, japonesa e italiana dedicada quase que exclusivamente a agricultura, alemães e ingleses que se dedicavam à agropecuária e sírio-libaneses dedicados ao comércio (MAYER, 1992).

Dessa maneira, as colônias firmadas nas terras de Palmeira/PR, foram aos poucos se habituando com as especificidades da cidade e assim as pessoas foram criando laços de pertença bastante fortes. Com o passar do tempo algumas comunidades se tornaram localidades com fortes características étnicas, como é o caso de Witmarsun imigrada por alemães e Santa Bárbara, imigrada por poloneses.

Nas primeiras décadas após à imigração estas colônias caracterizavam-se com uma agricultura basicamente familiar e de subsistência, o desenvolvimento tecnológico e o processo de mecanização do campo juntamente com o surgimento de grandes indústrias em grandes cidades levou, no entanto, esses sistema de colônias auto-suficientes ao colapso.

De modo geral, as áreas onde as colônias estavam estabelecidas em superfície plana tornaram-se áreas predominantemente latifundiárias, porém, aquelas colônias localizadas em áreas predominantemente de planaltos, com relevo irregular, mantiveram em grande medida suas configurações originais.

1.3 ASPÉCTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DE PALMEIRA/PR

Segundo IBGE, censo 2010, o município de Palmeira possui uma população de 32.123 habitantes, sendo 19.375 moradores da zona urbana e 12.748 moradores da zona rural. Do número total de habitantes, 16.046 são homens e 16.079 são mulheres. Com relação as atividades econômicas pode-se observar no quadro abaixo a grande importância da agricultura e pecuária para a cidade de Palmeira.

Quadro 1 - População ocupada segundo as atividades econômicas

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Erva-mate (folha verde)	155	590	3.806	266
Feijão	6.300	11.200	1.778	19.861
Fumo (em folha)	3.000	7.200	2.400	36.000
Maçã	67	1.150	17.164	1.509
Mandioca	95	1.710	18.000	752
Milho	7.000	62.400	8.914	25.391
Pêssego	10	150	15.000	200
Soja	49.500	162.900	3.291	157.506
Tomate	12	720	60.000	706
Trigo	4.500	14.850	3.300	9.255
Triticale	2.800	8.960	3.200	3.389
Uva	64	960	15.000	2.208

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Dados estimados. Os municípios sem informação para pelo menos um produto das lavouras temporárias e permanente não aparecem nas listas. Posição dos dados, no site do IBGE, 25 de outubro de 2013. Diferenças encontradas é em razão da unidade adotada.

Fonte: SEAB/DERAL, 2012.

Assim, pode-se afirmar que a cidade de Palmeira tem sua economia assentada no setor primário onde se destacam a pecuária e a agricultura, especialmente com o cultivo de soja, fumo e milho. No setor secundário encontram-se indústrias de beneficiamento e transformação de madeira e a indústria de laticínios (MAYER, 2013).

Segundo a bacharel em direito Cátia Aparecida Gross, Palmeira/PR, possui uma área de 1.552 Km, limitando-se com os municípios de Ponta Grossa, São João do Triunfo, Lapa, Porto Amazonas, Teixeira Soares, Campo Largo e Balsa Nova. A economia da cidade baseia-se principalmente na agricultura e na pecuária. Pode-se dizer que a agricultura em Palmeira/PR está solidificada principalmente na produção de grãos e tabaco, sendo o último a principal fonte de renda para os pequenos agricultores.

Como recorte espacial da pesquisa, optou-se por comunidades da zona rural do município de Palmeira/PR, por ser uma cidade inserida plenamente no centro da principal região produtora de fumo do estado do Paraná e no mercado global do fumo. Outro ponto que influenciou para que essas comunidades fossem estudadas,

foi o fato delas contarem com trabalho infantil na fumicultura e assim este fenômeno se tornar naturalizado.

Segundo Vilmar Sergiki, vice presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira/PR, no município existem mais de 1200 famílias fumicultoras. Essas famílias fumicultoras estão inseridas no contexto de agricultura familiar, isso significa que todos os integrantes da família participa do processo de trabalho.

1.4 O TRABALHO INFANTIL E A CRIAÇÃO DO PETI

Com a naturalização do trabalho infantil essa mão de obra foi sendo explorada ao longo dos anos e, segundo o IBGE, em 1992 o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil era de 8,4 milhões.

Foi devido ao alto índice de crianças em situação de trabalho infantil, que em 1996, foi lançado pelo Governo Federal o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, numa ampla mobilização de diversos segmentos da sociedade, e assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, por ministros de Estado, governadores, parlamentares, organizações empresariais e de trabalhadores e pela Fundação Abrinq¹⁵.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa intergovernamental, tendo como público prioritário crianças e adolescentes de 7 a 15 anos 11 meses e 29 dias, que estejam trabalhando em atividades consideradas perigosas ou de risco.

A política do PETI é compensatória, assim, a família dessas crianças e adolescentes que forem retirados do trabalho recebem uma complementação no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para famílias moradoras de áreas rurais, e R\$ 40,00 (quarenta reais), para moradoras da área urbana, desde que as crianças e adolescentes estejam frequentando a escola e o contra turno social regularmente.

Primeiramente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi instituído em Mato Grosso do Sul, estado com maior índice de crianças e adolescentes em

¹⁵ Apesar do mesmo significado, a sigla acaba sendo utilizada para representar duas entidades diferentes: a Fundação Abrinq e a ABRINQ. ABRINQ significa Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos e representa uma entidade de classe que tem como foco principal a representação dos fabricantes de brinquedo. Essa Associação tem objetivo é mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas de garantia à infância e adolescência.

situação de trabalho na época. Em seguida, com apoio da Organização Internacional do Trabalho, o PETI foi ampliado para os estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Rondônia, e a partir de então, devido à sua importância no cenário das políticas públicas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, o PETI foi implantado em todos os estados do Brasil.

Com relação ao trabalho infantil, ressalta-se o grande número de crianças e adolescentes em situação de trabalho no sul do Brasil, pois muito se fala do trabalho infantil em outras regiões e dificilmente se evidenciam estudos sobre o trabalho infantil na região sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), o censo de 2010, mostra o Paraná pertencente à lista de estados com maior índice de trabalho infanto-juvenil, com uma estatística de 16,3%, atrás apenas de Santa Catarina, com 18% e Rondônia, com 18, 2%.

A implantação do PETI no município de Palmeira ocorreu no ano de 2001, na localidade de Guarauninha, esta escolha foi motivada pelo alto índice de pobreza na região, somado a um número elevado de crianças trabalhando em fumicultura e ao baixo rendimento escolar dos mesmos.

Durante o ano de 2013, o PETI de Palmeira/PR, contava com a participação de oitenta e sete crianças e adolescentes. Durante o ano de 2014 o prédio onde o PETI funcionava ficou interditado, ao mesmo tempo o programa passou e está passando por reformulações federais, assim, até o presente momento as atividades do PETI estão temporariamente canceladas.

1.5 O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA

O trabalho infantil na agricultura é uma constante vinculada às condições socioeconômicas das famílias agricultoras, mas também ligadas a atividades de socialização, exploração, participação, e interdependência que esse tipo de agricultura apresenta. Dados recentes publicados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) mostram que, de um universo de 253.256 crianças e adolescentes paranaenses, de 10 a 17 anos que trabalham, cerca de 70% estão envolvidas em atividades agrossilvopastoris.

Já foi descrito o enorme prejuízo que o trabalho na fumicultura pode causar à saúde, e esses prejuízos são maiores ainda quando os atores em foco são crianças, para tanto o trabalho infantil na agricultura foi descrito em vários itens da lista TIP,

sendo que o fumo está especificado no item dois, explicitando o processo produtivo do fumo, e no item quatro, que diz respeito ao beneficiamento do mesmo.

A partir de 1996, como já foi visto anteriormente, houve uma preocupação com as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e, portanto à adoção de ações governamentais de combate a este trabalho, como é o caso do PETI, porém, sabe-se que nem sempre esses programas surtem efeito, especialmente porque a cultura agrícola fumageira envolve muitas tarefas que são realizadas fora da jornada diurna.

Por outro lado, percebe-se que, na agricultura familiar, com a ideia de trabalho construída a partir de ficções de fundação baseadas em traços étnicos e culturais, o discurso é de que "a criança tem de trabalhar", e assim as políticas públicas vão à contramão desse pensamento o que torna cada vez mais difícil a eficácia das políticas públicas que cerceiam esse campo.

Em 2011, o Paraná ocupou o posto de primeiro lugar no ranking dos estados do Sul com maior índice de trabalho infanto-juvenil, com 249.185 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados (FNPETI, 2013).

No que tange esta pesquisa, é possível afirmar que o discurso do trabalho infanto-juvenil anda é muito presente, conforme afirma #E, 2014:

Depois de alguns anos eles proibiram as crianças de trabalharem no tabaco, inclusive os instrutores que visitam as propriedades vão na escola ver a participação da criança, se por acaso a criança não estiver participando da escola para trabalhar no tabaco, o produtor de fumo é cortado da companhia (#E, 2014).

Percebe-se que a consciência da proibição do trabalho infantil existe tanto por parte dos pais e mães fumicultores e fumicultoras, quanto por parte das crianças e adolescentes, porém, isso que não quer dizer que estas crianças e adolescentes não estejam trabalhando, um exemplo é o entrevistado #U, 2014, que afirma que sempre acompanha seu pai na entrega de fumo para a firma, porém, apesar de acompanhar os outros processos, na negociação ele não pode participar, pois este serviço é permitido apenas para maiores de 18 anos (#U, 2014).

Com relação aos microdados, um ponto que merece atenção é a distribuição das atividades por localidade urbana e rural. Em 2008 no Brasil, o número de crianças e adolescentes ocupados era de 3.673.898 na área urbana e 1.676.489 na área rural. Em 2008, constatava-se que o percentual de crianças e adolescentes em

trabalho rural era 10% maior, em geral, do que aqueles ocupados em trabalhos urbanos, no sul do Brasil (FNPETI, 2013).

Segundo as economistas Edicléia L. da C. Souza e Rosangela M. Pontili (s/d), a situação de trabalho infanto-juvenil no Paraná é mais grave nas grandes cidades e regiões de fronteira. As autoras afirmam também que a maioria das crianças e adolescentes ocupados estão concentrados no campo, empregados nas culturas de milho, café, batata e fumo, além da indústria madeireira.

A leitura interdisciplinar sobre o trabalho infantil no Paraná, observa-se nuances em termos de envolvimento em atividades econômicas específicas, bem como as interrelações socioculturais, econômicas e políticas na pequena propriedade rural, um tema que se reveste de importância para o desenvolvimento de melhores instrumentos de interpretação de dados objetivos oriundos de fontes oficiais.

1.6 METODOLOGIA

Para levar a cabo o trabalho de pesquisa, buscou-se no âmbito de um programa interdisciplinar, converter o enfoque para uma pesquisa qualitativa em seu sentido clássico, ou seja, focada no desenvolvimento do texto mais na perspectiva da análise dos dados que propriamente sua determinação quantitativa (MINAYO, 2010).

Dessa forma os dados devem servir de suporte material para a análise dos aspectos culturais que afetam o estudo do objeto, fazendo aflorar o que está no fenômeno, mas que exige uma reflexão aguçada para além do meramente visível, ou seja, no caso dessa pesquisa, trata-se de entender os significados pormenores do que os entrevistados e entrevistadas estavam falando, ou também, entender porque se ausentavam de determinados discursos, isso significa saber interpretar os silêncios.

Assim, ao abordar questões que articulam a produção fumageira e a visão dos produtores e produtoras de tabaco, sobre o trabalho infantil no município de Palmeira/PR, esta pesquisa teve um olhar que vai para além dos aspectos meramente visíveis sobre as relações de trabalho no cotidiano das famílias agricultoras. Buscou-se analisar a maneira como os fumicultores se expressavam, o espaço físico onde trabalham, e a ênfase que davam a cada relato narrado.

Segundo Minayo (2004), esse tipo de pesquisa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível, e não captável em equações, médias e estatísticas. Dessa forma, é necessário ressaltar a importância das especificidades desses sujeitos, não fazendo com que suas particularidades sejam minimizadas (MINAYO, 2004, p. 22).

Para Minayo (2004), na investigação qualitativa é necessária a existência de alguns aspectos como a flexibilidade, a abertura e a capacidade de interação com os participantes e com outros pesquisadores, pois, dessa forma, os instrumentos construídos podem ser facilmente modificados e corrigidos durante o processo de trabalho de campo.

Desta maneira, tornou-se evidente a importância da chegada ao campo de pesquisa, bem como a apresentação da pesquisa ao entrevistado. Ressalta-se a importância em manter uma boa relação com os entrevistados para que seja possível o fluir das relações, a coleta de dados e para o desenvolver da pesquisa. Ainda com relação à chegada ao campo, Otavio Cruz Neto nos afirma:

Em primeiro lugar devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados (...). Em segundo lugar, destacamos como importante a apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos (...) (CRUZ NETO, 2000, p. 55).

Ainda se tratando da postura do pesquisador, ao realizar o trabalho de campo, é necessário enxergar e compreender o campo como possibilidade de novas revelações, pois, se o pesquisador estiver com certezas pré-estabelecidas estará fechando a novas visões e novas compreensões acerca do fenômeno estudado (CRUZ NETO, 2000). Foi nesse sentido que buscou-se despir de conhecimentos prévios e enxergar o campo como novas possibilidades, não se pode negar, é claro, que estes conhecimentos prévios serviram para nortear algumas perguntas realizadas durante o processo de entrevista.

Como este trabalho esteve diretamente voltado à fumicultura e ao trabalho infantil, buscou-se coletar além de documentos escritos oriundos de fontes oficiais municipais e não oficiais, relatos de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a produção fumageira e também de adolescentes e jovens inseridos no contexto da agricultura familiar fumageira.

Vale ressaltar os cuidados éticos atinentes à aquisição de histórias de vida e, conseqüentemente, a problematização dos elementos favorecedores ou não da aquisição desses mesmos relatos (KLANOVICZ, 2009, p. 7). Nesse sentido é que está pesquisa tem como base de sua metodologia a história oral, tanto como método para a obtenção de documentos sobre a temática, como também de percepção de narrativas dadas na oralidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Joana Maria Pedro (2003), pontua que na década de 1970, quando o campo de pesquisa especializado da história oral chegou ao Brasil, seus protocolos de leitura de relatos orais faziam com que esse campo fosse empregado especialmente para preencher lacunas deixadas por documentos escritos, ou então para obter informações sobre os acontecimentos da esfera pública.

A autora ainda observa que no período, raramente recorria-se ao depoimento de mulheres, pois a história buscava o que realmente aconteceu, dessa forma exigia que o depoimento fosse fornecido por quem estivesse presente nos acontecimentos (PEDRO, 2003, p. 239).

A partir da década de 1980, calcado nas discussões que focalizavam diferenças, diversidades e multiplicidades é que a história oral passou a utilizar cada vez mais o depoimento não masculino como fonte. A perspectiva de ampliação de foco proporcionada por esse deslocamento do fazer historiográfico serviu para uma guinada inevitável à história da vida privada (PEDRO, 2003, p. 240). Atualmente a História oral é um método muito utilizado nas pesquisas qualitativas e podemos defini-lá como:

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989 p. 52).

No que diz respeito à vida privada de trabalhadores na fumicultura, deve-se considerar, previamente, que no jogo de macro e micro – tratando-se de relações de poder- relatos e suas formas de aquisição permitem a visualização das formas que políticas nacionais ou globais assumem quando atingem a intimidade dos lares. Dessa forma é que se faz necessário dispensar atenção cada vez maior à história oral, tanto como forma de aquisição e produção de evidências para o trabalho da

história da vida privada (método), como campo propício para a análise das relações entre história e memória na elaboração e na inferência de relatos (teoria) (KLANOVICZ, 2009, p. 7).

É necessário também pensar que a história oral está intimamente ligada com a construção do presente dos indivíduos, portanto, conforme afirma Alberti, este tipo de método apenas pode ser empregada em pesquisas com temas contemporâneos para que esteja ao alcance da memória dos seres humanos (ALBERTI, 1989, p. 4).

A memória é um elemento central para história oral, especialmente no que tange este trabalho, visto que foram realizadas quatro entrevistas com pais e mães fumicultores e fumicultoras e treze com adolescentes e jovens inseridos no contexto da agricultora familiar fumageira, porém, para Maurice Halbwachs, toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (HALBWACHS, 2004, p. 85).

Vale afirmar que essas entrevistas não representam apenas os pais e as mães fumicultores e fumicultoras, ou as crianças e adolescentes inseridas nesse contexto, mas através dessas entrevistas conseguimos entender uma representação história de um coletivo, de uma identidade. Nessa mesma perspectiva, Pollak afirma que memória é:

um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1989, p. 16).

A memória aparece como um elemento que constitui a identidade de determinados sujeitos, mostrando também um processo de continuidade, de reconstrução de si e conseqüentemente de história.

Nessa perspectiva, sabe-se que nenhuma fonte está livre de subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual, porém, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos” (THOMPSON, 1992, p. 137). Através da história oral recuperam-se memórias, reconstrói-se identidades e cria-se História, portanto, a memória é um fenômeno sempre atual que pode ser reconstruída a partir de discursos, crenças, lembranças, assim, fica evidente a importância da história oral:

a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Ao mesmo tempo em que a memória é atual, ela apresenta um elo com o passado, pois centra-se na memória humana a capacidade de rememorar o passado enquanto um testemunho do vivido, assim, pode-se entender a memória como a presença do passado no presente.

As histórias de vida relatadas seguem uma linearidade muito similar a começar com as memórias da infância, mudanças tecnológicas, mudança no estilo de vida, entre outros aspectos que remontavam toda a vida dos sujeitos e mostrava como estes se constituíram enquanto fumicultores e fumicultoras.

Otávio Cruz Neto (2000), destaca a história de vida como um ponto inicial privilegiado da pesquisa porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação.

Nessa perspectiva das entrevistas deve-se levar em consideração a ideia de Geertz (1997) de que os significados são socialmente construídos. Assim, é necessário voltar-se para os valores, concepções e significados culturais dos entrevistados.

Por questão de ética as quatro entrevistas com pais e mães fumicultores e fumicultoras, foram substituídos por pseudônimos com números aleatórios conforme a ordem das entrevistas: #1, #2, #3 e #4.

As treze entrevistas realizadas com adolescentes e jovens inseridos no contexto da agricultura familiar fumageira foram realizadas no decorrer dos anos de 2013 e 2014, através de questionário semi estruturado ou entrevista “livre”, de modo que os adolescentes e jovens puderam escrever ou relatar livremente suas visões sobre a fumicultura, o trabalho infantil na fumicultura e os demais temas cabíveis ao interesse da produção desta dissertação.

As entrevistas semi estruturadas foram orais, gravadas e transcritas de modo a não alterar o teor das falas. O questionário estruturado encontra-se em anexo no final desta dissertação.

A fim de proteger a identidade dos filhos e filhas de produtores e produtoras de tabaco, seus nomes foram substituídos por letras que podem ou não representar

apenas a inicial do primeiro nome dos mesmos e das mesmas, sendo: #C, #D, #E, #F, #J, #H, #K, #N, #P, #R, #T, #U, #V.

Para conseguir responder as questões que permeavam a construção dessa pesquisa, foram utilizadas entrevistas com critério de saturação, desta forma, as entrevistas foram utilizadas de acordo com a necessidade de seus discursos aparecerem na construção deste texto, o que não significa que todas as entrevistas foram utilizadas.

CAPÍTULO II

HISTORICIDADE DO TABACO

“O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a comunalidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 2007).

2.1 HISTÓRIA DO TABACO NO BRASIL

Fumicultura é o ramo da agricultura dedicado à plantação de tabaco para consumo industrial. Seu nome científico é *Nicotina tabacum*, usado hoje em dia basicamente na produção de cigarros. Dados do site da Souza Cruz¹⁶ mostram que o tabaco é originário dos Andes e acompanhou as migrações dos indígenas por toda à América Central, até chegar ao território brasileiro.

Inicialmente o cultivo do tabaco aconteceu no litoral brasileiro e foi se difundindo entre os colonizadores portugueses através do escambo, devido ao seu alto valor comercial (GROSS, 2010). Sua principal forma de consumo era através do cachimbo ou na confecção de cigarros.

Com relação aos tipos de tabaco, o historiador Gustavo Acioli, descreve que durante a colonização da América havia pelo menos três tipos de tabaco, o qual era conhecido como “erva santa”, e levado por viajantes colonizadores aos oficiais. Com o tempo, o mesmo passou a ser largamente consumido pelos europeus em suas diferentes formas: como rapé, folha de mascar ou mesmo fumo.

Contribuindo com a historiografia em torno da temática, o historiador José Roberto do Amaral Lapa, aponta questões voltadas à produção do tabaco argumentando que a mão de obra escrava não conseguia suprir a produção da folha, por isso precisava-se também contar com os trabalhadores livres e/ou, com a mão de obra familiar. Outro ponto importante em seus estudos se dá ao fato de

¹⁶ <http://www.souzacruz.com.br/>

salientar que eram as pequenas propriedades que mantinham o cultivo do tabaco, sendo conhecidas como lavoura dos pobres ou de fundo de quintais.

Percebe-se que era grande o predomínio de pessoas menos favorecidas financeiramente cultivando fumo, visto que ainda assim essas famílias possuíam mão de obra escrava, mas não o suficiente para suprirem o trabalho, recorrendo então à mão-de-obra familiar, ou a troca de tabaco por escravo para conseguirem aumentar suas produções. Acioli e Menz (2008), descrevem sobre a troca de escravos por tabaco:

A aquisição de mão-de-obra africana na Costa da Mina, em troca da oferta de um subproduto tropical (o tabaco de terceira qualidade), deve ter ajudado a diminuir os custos de produção dos engenhos do Recôncavo baiano e da Zona da Mata (...). No entanto, o reconhecido papel que o tabaco cumpre nas cargas dos negreiros coloniais destinadas ao comércio de escravos na Costa da Mina não conta toda a história deste tráfico bipolar. Apesar de os manifestos de carga das embarcações saídas da capital do Brasil ou do porto do Recife registrarem apenas rolos de tabaco, alguns testemunhos coevos atestam que não era possível aos traficantes adquirirem os escravos de sua lotação munidos apenas do tabaco de terceira (o único permitido pela Coroa naquela rota) (...) tudo indica que o tabaco e o ouro eram os itens mais relevantes em valor entre os produtos (ACIOLI; MENZ, 2008, p. 59).

Dessa maneira, evidencia-se que com o passar do tempo o tabaco foi ganhando um valor comercial alto, pois juntamente com o ouro era trocado por escravos vindos da África. O tabaco exportado era taxado como de “terceira qualidade”, devido ao fato de que os cultivadores não tinham grandes recursos para seu plantio e cuidado e também por ser cultivado por escravos.

Os navios negreiros que partiam de Pernambuco e da Bahia levavam em seus porões o tabaco beneficiado com muito melaço e com ervas aromáticas (ACIOLI; MENZ, 2008). De 1675 em diante, o tabaco era o principal produto no comércio bilateral entre a Bahia e o Golfo da Guiné (ALENCASTRO, 2000).

A América portuguesa se tornou uma das maiores produtoras e exportadoras desse gênero no século XVII, garantindo assim uma das principais fontes de renda do Estado português.

Caio Prado Júnior, em sua obra *A formação do Brasil Contemporâneo*, comenta que a produção fumageira na América portuguesa era caracterizada por uma “cultura de jardinagem”, devido à necessidade de cuidado especial com cada

uma das plantas. Isso fazia com que sua produção em larga escala se tornasse inviável. Nesse mesmo estudo Prado Júnior evidencia também que o uso do adubo começou aos poucos a ser usado na tentativa de melhorar a produção e cuidar da terra.

O economista Celso Furtado, argumenta que na metade do século XIX houve uma mudança nas relações de venda do fumo, pois antes esse gênero era basicamente destinado ao comércio escravocrata. Já na segunda metade do século, o mercado na Europa se tornou crescente e o comércio do tabaco que antes era realizado apenas por intermédio de Portugal, passa a ser realizado pelo Governo Imperial, sendo que apenas um percentual pequeno da produção era destinado ao comércio de escravos (FURTADO, 1976).

Acioli (2005), citando Catherine Lugar, também chama atenção para a valorização do tabaco no século XIX, especialmente pela abertura de espaço para produtores ainda mais modestos, pois seu cultivo não necessitava de grandes tecnologias e investimentos, levando assim maior participação de camponeses nesta lavoura, e desta maneira a produção de tabaco se expandiu para além de Pernambuco e Bahia, nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais e assim, sucessivamente alcançou outros estados brasileiros.

Mas é no século XX, com todo o avanço da tecnologia no desenvolvimento de uma ciência do tabaco e seus elementos viciantes, que surge a indústria tabagista propriamente dita, havendo então a popularização, não mais apenas do charuto ou cigarro de palha, mas do cigarro com filtro, disseminando seu consumo em praticamente todas as camadas da população dos diversos países.

2.2 FATORES QUE DETERMINAM O PLANTIO DE FUMO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Na segunda metade do século XX a expansão da fronteira agrícola a oeste do país faz com que o Brasil se torne um dos maiores produtores de grãos do mundo. Nessas novas áreas de cultivo, há hoje alta mecanização no processo de plantio e colheita, predominando as culturas de soja, cevada, cana de açúcar, entre outras,

porém, destas áreas de *plantation*¹⁷ a fumicultura, por sua especificidade de manejo, está naturalmente excluída.

No Brasil, o *locus* por excelência do cultivo de tabaco é fundamentalmente a região sul, pois entre os fatores determinantes da grande presença da lavoura fumageira nessa área esta a configuração geográfica do solo, o clima subtropical, e a configuração do tipo de colonização estabelecida.

A indústria fumageira, por mais avançada que seja em seu processo total de produção e industrialização, no que tange ao processo de plantio, colheita e secagem do fumo, é ainda predominantemente de jardinagem, tal como explicou Prado Júnior. Desse modo, em alguma medida o processo de trabalho na fumicultura está ainda preso a um processo de cultivo manual.

Esse caráter manual e em grande medida artesanal do processo de plantio permite que áreas de relevo dobrado, geralmente não propícias à agricultura mecanizada, sejam preenchidas pela cultura do tabaco, e é aí que se torna importante a questão da configuração do modo como foi colonizada grande parte da região sul do Brasil, região esta formada por pequenas propriedades familiares descendentes dos imigrantes europeus vindas no final do século XIX e início do século XX, na forma de colonos proprietários de minifúndios.

O processo de colonização nessa região já está estabilizado há mais de cem anos, havendo assim forte relação de pertença dos indivíduos com suas terras e a cultura local.

Segundo Gross (2010), a história do fumo na região sul, está diretamente relacionada à colonização dos alemães e italianos nas áreas montanhosas da serra gaúcha. Essa prática se tornou comum e passou a ser meio de sobrevivência a partir de 1917 quando a empresa Souza Cruz foi instalada, na cidade de Santa Cruz do

¹⁷ Optamos pelo uso do conceito de *plantation* para designar um tipo de agricultura que é orientada para o capital, ao mesmo tempo fenômeno biológico e sistema político, composto por um *rationale econômico* (a concentração sobre uma variedade agrícola que permite vantagens comparativas e 'escala', mas também a dependência arriscada a um único projeto econômico), um *rationale tecnológico* (que requer técnicas específicas para sua produtividade), um *rationale científico* (que requer atenção específica em poucas variedades a serem plantadas, precarizando possibilidades futuras e aumentando a visão direcional da ciência) e um *rationale ecológico* (que recai sobre os perigos múltiplos da monocultura em termos de biologia, de fitossanidade, de mau uso do solo, de contaminação e formas radicais de obtenção e uso de recursos naturais, com consequências para o ecossistema e para a saúde humana) (UEKÖTTER, 2011). Mart Stewart postula que a *plantation* seja identificada como uma forma de agricultura marcada por assemblages complexas de áreas de monocultura e espaços de policultura, de experimentação, de circulação de conhecimentos ambientais, de relações políticas e sociais que são naturalizadas, e de manipulação ambiental (STEWART, 2011).

Sul/RS, a empresa Brazilian Tobacco Corporation. O empreendimento partiu da empresa britânica British American Tobacco, e foi o passo inicial para a transformação da cidade em um pólo nacional da indústria fumageira. Isso influenciou outros estados para o plantio de fumo e aumentou ainda mais seu cultivo.

2.3 FUMICULTURA NO BRASIL ATUAL

Dentro do setor agrícola nacional, o fumo foi responsável por 1,35% das exportações agrícolas totais do Brasil em 2012. Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SECEX/MDIC) publicados em 2012, mostraram que o Brasil exportou US\$ 3,26 bilhões de tabaco processado, montante recorde em 20 anos de hegemonia brasileira na liderança mundial de exportação da folha.

Atualmente a cultura do fumo tem sido uma importante fonte de renda para milhares de famílias agrícolas, principalmente as que possuem pequenas propriedades, pois representa um retorno financeiro superior a outras culturas (SILVA, 2006; FERREIRA, 2006).

Outro aspecto que vale ressaltar é o fato do incentivo econômico que esses pequenos agricultores recebem das empresas e também dos contratos de compra e venda, pois isso significa uma garantia de venda do fumo e financiamento para investimentos em suas lavouras. A atração de agricultores pelo plantio de fumo é derivada portanto de vantagens econômicas, praticidade no uso de pouca área de terra e boa renda auferida com a cultura.

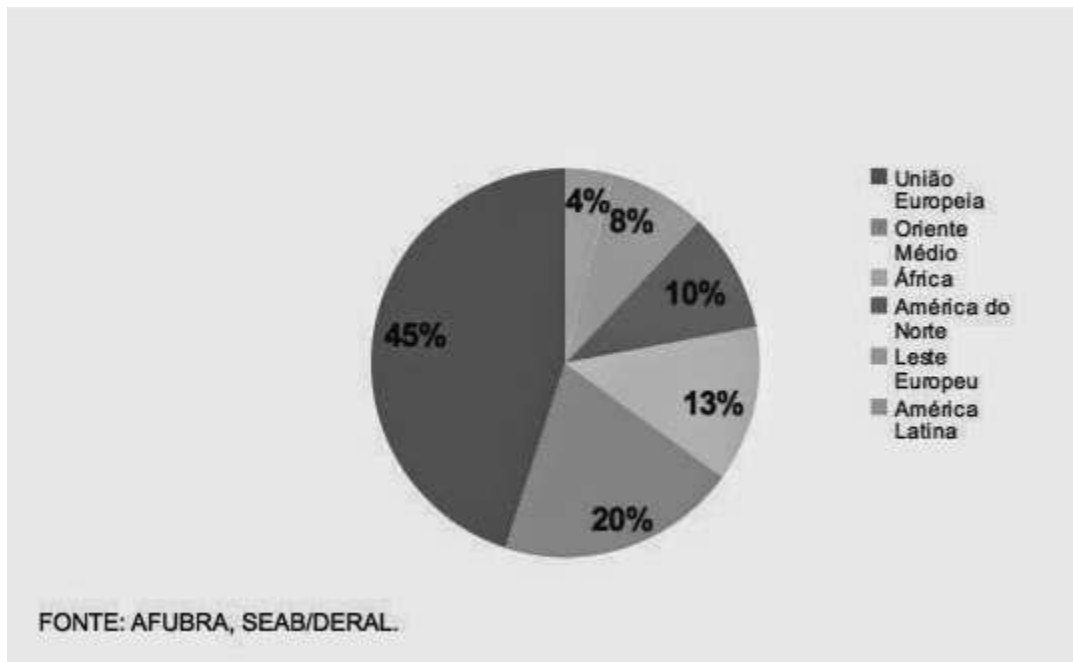
A SEAB/DERAL, divulgou também que os agricultores que trabalham no plantio de fumo no Paraná têm propriedades com uma média de 17 hectares, fazendo uso histórico de mão de obra familiar ou de vizinhos, corroborando uma realidade laboral que intensamente faz uso do trabalho infantil.

O setor agrícola tem sido extremamente relevante para a geração de saldos importantes na economia brasileira, apresentando um grande desempenho na exportação de produtos agropecuários e assim conquistando novos mercados no mundo.

Desde 1993, o Brasil é o maior exportador mundial de tabaco, à frente da Índia, Estados Unidos e Malawi, sendo que as folhas são exportadas para mais de

100 países. Diversos fatores explicam o sucesso brasileiro da atividade de fumicultura, e entre eles figuram a qualidade do fumo, mas, especialmente, o baixo custo de produção da folha no país (DERAL, 2012).

Figura 1 - Principais importadores de fumo brasileiro



Fonte: SEAB/DERAL, 2012.

Percebe-se claramente os três principais importadores de fumo do Brasil, sendo o principal a União Europeia, responsável por 45% de nossas exportações, em seguida o Oriente Médio com 20% e a África com 13%.

Os três estados do sul do Brasil detêm 95% da produção de fumo do país. O Rio Grande do Sul responde pela metade desse total, seguido por Santa Catarina (27%) e o Paraná (19%). O detalhe é que, nos últimos sete anos, o Paraná passou de 11% para 18%, merecendo destaque devido ao rápido e significativo crescimento da produção em poucos anos (SEAB/DERAL, 2012).

Quadro 2 - Principais Estados brasileiros na produção de tabaco em 2012

ESTADOS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PART.PRODUÇÃO %
Rio Grande do Sul	204.000	438.000	2.147	51,2
Santa Catarina	119.000	239.000	2.008	27,9
Paraná	73.000	153.000	2.096	17,9
Alagoas	10.000	14.000	1.400	1,6
Bahia	4.000	4.000	1.000	0,5
Outros	4.000	8.000	2.000	0,9
Brasil	414.000	856.000	2.068	100,0

Fonte: IBGE, SEAB/DERAL

Fonte: SEAB/DERAL, 2012.

Conforme observa-se na tabela acima disposta, os três estados do Sul dispõem maior área para a produção de tabaco, e assim, conseqüentemente, são os maiores produtores, conforme já havia se evidenciado.

2.4 A FUMICULTURA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

No município de Palmeira, o cultivo de fumo iniciou em meados da década de 60 e desde então as áreas cultivadas aumentaram consideravelmente. Dentre as atividades agrícolas, o fumo é a principal atividade especialmente dentre os agricultores familiares (GROSS, 2013).

Conforme apontam os dados do IPARDES, 2012, o fumo em folha na cidade de Palmeira encontra-se em oitavo lugar dentre o ranking de produção, com 7.200t, atrás do soja, milho, trigo, feijão, triticale, cevada e da batata-inglesa. Porém, com relação ao valor, o fumo está atrás apenas do soja, ou seja, o custo benefício desse produto em termos econômicos é bastante vantajoso, sendo este um dos principais motivos que levam grande parte de agricultores familiares palmeirenses a continuarem no ramo.

Quadro 3 - Produção, rendimento médio e valor da produção agrícola 2012

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2012				
PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Alho	5	11	2.200	66
Arroz	50	80	1.600	43
Aveia	1.700	4.250	2.500	1.615
Batata-inglesa	380	7.730	20.342	4.338
Cebola	130	2.080	16.000	1.414
Centeio	138	304	2.203	174
Cevada	2.500	8.500	3.400	4.649

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Erva-mate (folha verde)	155	590	3.806	266
Feijão	6.300	11.200	1.778	19.861
Fumo (em folha)	3.000	7.200	2.400	36.000
Maçã	67	1.150	17.164	1.509
Mandioca	95	1.710	18.000	752
Milho	7.000	62.400	8.914	25.391
Pêssego	10	150	15.000	200
Soja	49.500	162.900	3.291	157.506
Tomate	12	720	60.000	706
Trigo	4.500	14.850	3.300	9.255
Triticale	2.800	8.960	3.200	3.389
Uva	64	960	15.000	2.208

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Dados estimados. Os municípios sem informação para pelo menos um produto das lavouras temporárias e permanente não aparecem nas listas. Posição dos dados, no site do IBGE, 25 de outubro de 2013. Diferenças encontradas é em razão da unidade adotada.

Fonte: SEAB/DERAL, 2012.

Como aponta a tabela, o fumo tem grande rentabilidade e melhor custo-benefício se comparado à outras culturas agrícolas. Segundo Gross (2010), outro motivo que leva os agricultores ao plantio de fumo é o fato do tabaco ser cultivado em pequenas áreas e com ajuda da mão de obra familiar juntamente com a garantia de venda do produto através dos contratos com empresas.

2.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO FUMICULTOR

Paralelo ao índice de um dos maiores exportadores do tabaco no mundo, o Brasil é considerado também um dos maiores consumidores de agrotóxicos e, consumido em grande escala, o agrotóxico contribui para a degradação ambiental e para o aumento das intoxicações (AGRA; SANTOS, 2011).

Percebe-se que o fumo é entendido, do ponto de vista de inúmeros campos do conhecimento e da legislação, como uma atividade agrícola danosa para a saúde humana devido ao grande número de tratamentos fitossanitários, ao uso de pesticidas, que, em conjunto com a quantidade de toxinas já presentes na cultura agrícola geram consequências ecológicas ainda não totalmente mensuradas.

Os agrotóxicos têm sido relacionados principalmente a intoxicações, disfunções do sistema reprodutivo, imunológico, endócrino e metabólico, podendo causar anormalidades no desenvolvimento além de inúmeras doenças tais como neoplasias (PADUNGTO, 1998; QUEIROZ; WAISSMANN, 2006).

No organismo humano, os agrotóxicos podem causar diferentes tipos de intoxicação, podendo ser agudas, subagudas ou crônicas, dependendo da característica química deste agrotóxico, a exposição das pessoas e as condições de trabalho que o agricultor e a agricultora se encontram (BONATO, 2007).

Essas complicações relacionam-se com a falta de conhecimento por parte dos agricultores e agricultoras sobre o manejo adequado das substâncias químicas juntamente com a falta do uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual). Porém, não se pode afirmar que todos os fumicultores e fumicultoras não tem conhecimento da importância do uso do EPI, pois conforme afirma #H, 2014, se colher o fumo molhado sem capas faz mal, mas se usar a capa para colher não faz" (#H 2014).

Segundo Tacio, Oliveira e Neto (2008), o uso de EPI, é a única medida de proteção recomendada para o trabalho com agrotóxicos em condições de campo. De acordo com Veiga (2007), a legislação brasileira sobre EPI é a Norma Regulamentadora nº 6 (NR 6). Essa norma considera EPI todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador.

Define, também, como sendo de competência do empregador adquirir e fornecer ao trabalhador somente o EPI adequado ao risco de cada atividade, exigir

seu uso, orientar e treinar sobre o uso adequado, como guardar, conservar, substituir quando danificado ou extraviado e responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica do material.

Com relação ao fornecimento destes EPIs, pode-se observar, ao menos de um campo de análise micro, que as empresas cumprem seu papel, pois conforme #P, 2014, a empresa manda EPI, luvas, entre outras coisas (#P, 2014).

O uso de agrotóxicos e seu impacto sobre a saúde humana é um problema global que merece atenção, especialmente tratando-se da fumicultura, caracterizada como uma atividade primária desenvolvida em boa parte pela agricultura familiar (BELING, 2006).

Vale lembrar que a produção fumageira por si só já pressupõem um alto fator de risco para a saúde do fumicultor devido à exposição desse trabalhador a contaminação com a nicotina.

Na literatura internacional é comum encontrar os termos “GTS”, ou “Doença da Folha Verde”. Nos materiais informativos que os produtores e as produtoras de tabaco recebem, constam diversas reportagens sobre a doença da folha verde, que segundo a definição da JTI:

O GTS, do inglês Green Tobacco Sickness, que traduzindo significa Doença da Folha Verde do Tabaco, é uma condição causada pela absorção de nicotina através da pele no manuseio de folhas molhadas de tabaco verde, especialmente durante o processo de colheita. Os produtores e trabalhadores, cujas roupas ficarem encharcadas pelas folhas molhadas de tabaco verde devido à chuva ou orvalho de manhã, estão em alto risco de desenvolver esta condição. O GTS é mais frequentemente caracterizado por náuseas, vômito, tontura e muita fraqueza, e é, às vezes, acompanhado por oscilações na pressão sanguínea e batimentos cardíacos. Os produtores e trabalhadores que sofrem da doença frequentemente relatam cólicas abdominais, dores de cabeça e dificuldades em respirar (JTI, 2011, p. 2).

A doença da folha verde afeta frontalmente os fumicultores e fumicultoras, pois muitas vezes eles não podem esperar que as folhas do tabaco sequem do orvalho ou da chuva para colherem o fumo, visto que as folhas podem passar do tempo ideal de colheita, desta maneira, mesmo com todos os malefícios que a doença da folha verde pode trazer a vida dos produtores e produtoras de tabaco, essa situação já está naturalizada, conforme afirma #R, 2013:

No final do dia estou muito cansado, se tiver chovendo dá, como eu vou dizer? A gente começa a sonhar com o fumo a noite, com a estufa, fica delirando, pensando só em fumo, sem conseguir dormir e no outro dia

acorda mal. Alguns vomitam. Eu passo mal direto! Ah, mas tem um remédio que compra, que me falaram que é muito bom, eu não lembro o nome, mas compra e toma um por dia antes de colher, tem que tomar de manhã cedo, daí não passa mal (#R, 2013).

Percebe-se que algumas vezes os fumicultores e fumicultoras banalizam a doença da folha verde, pois esta situação é algo que aparece como uma realidade posta, portanto, tentam ainda, encontrar alternativas para não passarem mal, como é o caso da compra de um remédio preventivo à doença da folha verde.

Tanto por questões de saúde pública, quanto por questões atinentes a outros aspectos, Alves (1994), afirma que o estado dos agricultores é de fragilizados jurídica e politicamente, no que se refere à promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania, pois considera que os fumicultores e fumicultoras pertencem a um grupo vulnerável, que está ciente dos problemas causados pela produção do tabaco, mas ainda assim, por questões econômicas, prosseguem com o plantio do fumo em detrimento à outras culturas agrícolas.

Com relação ao cultivo do fumo como geração de renda, se faz necessário evidenciar que para que o cultivo do tabaco atinja elevados índices de produção e assim consequentemente maior rentabilidade, o trabalho desenvolvido pelos agricultores nas lavouras adquire características particulares como a multiplicidade de tarefas, exigência de esforço físico excessivo durante a jornada de trabalho, a exposição a intempéries climáticas e a necessidade de adotar posturas inadequadas (HEEMANN, 2009), isso sem levar em conta os prejuízos sofridos pelo fumicultor e pela fumicultora com o contato direto com agrotóxicos, já citados acima.

Com relação ao trabalho na agricultura, Fialho e Garcia (2006), demonstram que esse trabalho expõe agricultores e agricultoras a um contato direto com os riscos produzidos pelas condições e organização do trabalho, e que estes riscos possuem impactos não só a saúde física, mas também psíquica do trabalhador.

Deve-se lembrar que além das atividades realizadas na produção agrícola, os trabalhadores têm também que realizar atividades para a manutenção de suas propriedades, fazendo muitas vezes com que a jornada de trabalho do fumicultor e da fumicultora se torne ainda maior.

Os riscos ocupacionais no trabalho do fumicultor advêm de diversos fatores que, para melhor compreensão vale ressaltá-los: ruído, iluminação, temperatura,

radiação solar, fertilizantes, poeira, adubos, agrotóxicos, ferramentas pesadas e/ou pontiagudas, máquinas agrícolas, sobrecarga de trabalho, entre outros.

Essas características de riscos laborais na produção fumageira favorecem o aparecimento de problemas de saúde e doenças, fazendo com que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham que se afastar do trabalho, deixando assim de gerar emprego e renda e, estando assim submetidos e submetidas a um contrato com a empresa, se vêem pressionados e pressionadas a trabalhar mesmo doentes.

2.6 AGRICULTURA FAMILIAR

Na cidade de Palmeira/PR, a atividade fumageira tornou-se a principal atividade econômica para os agricultores e agricultoras pertencentes à agricultura familiar, isso ocorre especialmente devido ao rendimento econômico do tabaco comparado a outras culturas, e também por ser cultivado em pequenas áreas onde se pode contar com a ajuda da mão-de-obra familiar (GROSS, 2013). Com relação à definição de agricultura familiar, optamos por nos embasar em Bitencourt e Bianchini (1996), em um estudo feito na região sul do Brasil:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (BITENCOUR; BIANCHINI, 1996, p. 14/15).

Neste caso, percebe-se que o produtor de tabaco inserido na agricultura familiar, possui uma pequena área de terra, trabalha em terrenos acidentados e conta com ajuda de toda sua família. Esse agricultor vê na plantação de fumo uma forma de melhoria de vida através de um viés econômico. Outra importante característica desse agricultor familiar se refere ao fato dele intercalar com o plantio de tabaco, outras culturas para subsistência, como milho, feijão, mandioca, batata, verduras e frutas (GROSS, 2013). Outra caracterização importante é sobre os fumicultores e fumicultoras da agricultura familiar e que:

São, em geral, pequenos camponeses que trabalham em terra em regime familiar, muitos tendo herdado a prática com o fumo dos pais que já lidavam

na atividade. Costumava-se dizer que o fumo tem ajudado a manter os jovens no campo, pois ainda é uma atividade que, com todos os seus arranjos problemáticos, permite-lhes alimentar os mesmos sonhos vendidos pela moderna sociedade de consumo sem precisar se transferir para a cidade. Todavia, é comum também se encontrar pessoas com idade avançada trabalhando sozinhas ou com a família nos cuidados com o fumo (ALMEIDA, 2005, p. 83).

Observa-se que o agricultor e agricultora familiar herdaram práticas de seus pais e mães e passam para seus filhos e filhas mesmo enquanto crianças e adolescentes. Almeida (2005), destaca o fato do plantio de tabaco ser um condicionante que impedem os jovens de saírem do campo e migrarem para a cidade, pois estando na atividade fumageira esta passa a ser uma prática cultural hereditária. Assim, movidos por um incentivo financeiro, muitos permanecem no campo, outros, porém, são movidos pela ideia de liberdade e se deslocam para a cidade, abandonando as práticas fumageiras passadas pelo pai e pela mãe.

Outra característica das famílias rurais plantadoras de fumo, é que além de conseguirem produzir em pequenas áreas, pode-se ainda intercalar o tabaco com outras culturas, que geralmente servem para subsistência do próprio fumicultor.

2.7 O TABACO E O AMBIENTE

Já são comprovados os malefícios do tabaco tanto para o homem quanto para o ambiente. Segundo dados disponíveis no site do INCA, o desmatamento causado pela produção de tabaco corresponde à aproximadamente 5% do total desmatado nos países em desenvolvimento, isso significa também que para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é queimada (BRASIL, 2015). Com relação à este assunto, Boeira e Guivant afirmam:

cabe observar que toda queima de árvore gera poluição, que as queimadas – tradicionais entre os fumicultores – também reduzem a biodiversidade e que as matas nativas não são garantidas pelo reflorestamento. Técnicos da Souza Cruz informam que, em certas propriedades, agricultores derrubam árvores nativas para plantar espécies de rápido crescimento, podendo, assim, utilizá-las como combustível, ou mesmo vendê-las (BOEIRA; GUIVANT, 2009, p. 16).

Muitos estudos evidenciam a queima de árvores para que os fumicultores possam usá-las na estufa para a secagem do fumo. Com relação a este tema, é interessante se pensar a visão dos adolescentes, filhos e filhas de fumicultores e

fumicultoras, sobre os impactos ambientais causados pela fumicultura. O entrevistado #C, 2014 que o corte de árvores nativas foi proibido. As lenhas que usamos é o eucalipto, nós mesmos plantamos (#C, 2013). Ainda com relação ao desmatamento, o entrevistado #T, 2014, também comenta que a lenha para secagem do tabaco não pode ser de mata ciliar, tem que ser de eucalipto ou outra “lenha branca”, porque se for mata nativa o produtor pode até levar multa (#T, 2014).

Percebe-se que, ao menos conforme o relato de #C e #T, os filhos e filhas e fumicultores e fumicultoras tem conhecimento sobre questões ambientais, ao menos no que diz respeito do cultivo da mata ciliar. Porém, conforme alerta do INCA, 2015, além do desmatamento de florestas, a fumicultura é responsável também por outros impacto ambientais, como por exemplo a incêndios, poluição de do ar e das águas. Com relação a este tipo de poluição o entrevistado #H, comenta:

Um dos impactos ambientais causados pela fumicultura é a poluição dos rios por causa dos venenos. A empresa faz folhetos incentivando os produtores a não jogarem as embalagens de veneno em qualquer lugar, pois elas recolhem essas embalagens (#H, 2013).

Percebe-se que além do adolescente #H, 2013, estar atento aos impactos ambientais ele está atento também a ação da empresa com relação a estes impactos. No que diz respeito aos materiais impressos disponibilizados pela empresa aos produtores e produtoras de tabaco, pode-se afirmar que as revistas informativas do ano de 2011, 2012 e 2013 - ao menos de uma empresa - trazem informações sobre questões ambientais e também demonstram ações realizadas para preservação ambiental:

Com o objetivo de desenvolver um conjunto de procedimentos junto aos seus produtores integrados e disseminar práticas de uso e manejo do solo e da água voltados a sua conservação, a JTI está investindo em um amplo programa de conscientização, extensivo aos 10,5 mil produtores integrados na Região Sul do Brasil. O Programa de Uso, Manejo e Conservação do Solo e da Água vai enfatizar a importância de práticas conservacionistas, como florestamento, cultivos de cobertura, cobertura morta, rotação de culturas, cultura de faixa, quebra de vento, cordão vegetado, adubação verde, adubação orgânica, calagem, preparo do solo e plantio do nível, distribuição adequada de estradas e caminhos, terraceamento, subsolagem e irrigação e drenagem (JTI, 2013, p.1).

A empresa demonstra fazer parcerias com os fumicultores para incentivá-los a terem práticas de conservação no uso e manejo do solo e da água, valorizando

práticas de preservação ambiental. Nota-se também que a empresa ressalta a importância do cuidado do ambiente:

A importância das florestas é muito maior do que o valor econômico que atualmente atribuímos a elas. As florestas, em qualquer parte do planeta, foram fundamentais para que o ser humano sobrevivesse e evoluísse até os dias atuais (JTI, s/d).

Há minimamente uma preocupação por parte da empresa em fazer ações que visam conservar o ambiente, porém, há de se pensar também que estas empresas cumprem leis ambientais que nesse sentido é necessário também estabelecer uma forte divulgação de determinadas ações como aparato mercadológico.

De uma forma ou outra, não são apenas as empresas que estão preocupadas com a conservação do ambiente, percebe-se que o Estado têm um discurso de preservação ambiental muito presente, isso se torna explícito com algumas ações, como é o caso da campanha lançada pelo INCA, no ano de 2015, para o dia 29 de agosto, que corresponde ao dia do combate ao fumo. Segundo dados do site do INCA:

A campanha deste ano, que dá continuidade à estratégia iniciada no dia 31 de maio – Dia Mundial sem Tabaco –, aborda impacto socioambiental da indústria, com destaque (conceito e imagem central) para as questões que afetam o meio ambiente. É uma campanha de massa, com foco no público jovem e adulto (aproximadamente de 16 a 50 anos), de ambos os sexos, incluindo fumantes ou não. A opção por focar o público jovem parte da estratégia para prevenir a iniciação e a experimentação (que ocorre principalmente na faixa etária de adolescentes e jovens, aproximadamente entre 13 e 25 anos) (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a campanha trás várias ações para a celebração do Dia Nacional de Combate ao Fumo, bem como algumas imagens que ajudam a divulgar a campanha através das redes sociais:

Figura 2 – Material da Campanha 29 de Agosto – Dia Nacional de Combate ao Fumo



**Fumar: faz mal pra você,
faz mal pro planeta.**



Além dos danos à saúde (como diferentes tipos de câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, dentre mais de 50 doenças diretamente relacionadas ao tabagismo), ao longo da cadeia de produção do tabaco há fatores que afetam o meio ambiente e toda a sociedade: desmatamento, uso de agrotóxicos, agricultores doentes, incêndios e poluição do ar, das ruas e das águas.

O SUS ajuda você a ter uma vida mais saudável sem o cigarro. Mais informações ligue 136.



Fonte: BRASIL, 2015.

A ideia da campanha deste ano é levar informação a população sobre o tabagismo e também sobre os impactos ambientais que a produção de tabaco e o cigarro causam. Assim, percebe-se que o Estado não se ausenta do discurso de preservação ambiental e que isso chega até a base da produção.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA DAS PERCEPÇÕES

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993).

3.1 O INÍCIO: AS MEMÓRIAS SOBRE A INFÂNCIA

Enquanto ouvia aqueles senhores e senhoras falarem sobre suas infâncias refletia sobre a importância da memória na formação de quem somos. O fato é que minhas memórias de infância eram completamente diferentes daquelas expressas pelos agricultores e agricultoras.

Essa volta ao passado me fez lembrar toda a mágica que a palavra infância me trás, eram lembranças sobre as brincadeiras, os amigos da escola e os prêmios que a professora dava para os estudantes que tirassem as melhores notas. Como eu gostava daquilo! Uma lembrança nada semelhante com a dos fumicultores e fumicultoras entrevistados, pois quando penso em infância a palavra trabalho não vem em minha mente, mas percebi que entre eles trabalho e infância estavam vinculados.

Comecei a trabalhar com menos de 9 anos, junto com meu pai. Tenho 10 irmãos e quando criança todos trabalhamos no fumo. Pra mim o trabalho atrapalhou no estudo porque eu não estudei, os outros conseguiram estudar porque os mais velhos trabalhavam ... O pai foi o primeiro a plantar fumo aqui, eu nasci no meio do fumo, a mãe não teve dieta nenhuma. Nós nascia e com 2, 3 dias ela já levava nós pra dormir em cima das pilhas de fumo. O pai parou depois que se aposentou, mas ainda ajuda nós (#3, 2015).

Em 1969 foi a primeira estufa que o meu sogro fez. Eu comecei a trabalhar com o fumo tinha 7 anos de idade, comecei com o meu avô. O pai e a mãe tinham muitos filhos, então deram pro vô, dai fui morar com eles, e morando lá tinha que trabalhar (#4, 2015).

O pai foi um dos pioneiros no plantio de fumo aqui na região, não sei quantos anos que o pai começou a plantar, mas faz bem mais de 50 anos já. Sei que quando a mãe engravidou de mim eu já ia para a roça de fumo na barriga dela, então desde que eu era criança nós trabalhamos no fumo, e eu não estudei por falta de condição, aquela época não tinha ônibus então

para o pessoal do interior era difícil ir estudar, então nós ficamos plantando fumo... Meu pai está lá trabalhando, tem 91 anos (#2, 2015).

Figura 3 – Idoso trabalhando na fumicultura



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Estávamos na casa da entrevistada #2 conversando enquanto eu gravava as falas e observava atentamente a maneira como a fumicultora descrevia com orgulho sua história de vida. Depois de mais de algum tempo de conversa ela me levou novamente até a estufa, dessa vez encontrei seu pai, o senhor da foto acima, trabalhando no fumo como há 50 anos atrás. Enquanto olhava aquele senhor de 91 anos que dizia trabalhar por não conseguir ficar parado, percebi que o significado do trabalho na vida dessas pessoas vai muito além da simples subsistência.

No que diz respeito as memórias sobre a infância, observei nas entrevistas que as lembranças que se concretizavam através da fala dos fumicultores expressavam uma infância onde o trabalho não está num ambiente separado da casa, portanto um espaço naturalizado pelos entrevistados. Também percebi que minhas memórias de infância tem muita ligação com a escola, ao meu ver uma instituição social extremamente importante para o desenvolvimento de crianças e jovens, porém, os entrevistados pouco falavam essa instituição e quando falavam

não era pra expressar alguma lembrança, mas para justificar porque não haviam estudado mais.

3.2 AS VANTAGENS DO PLANTAR FUMO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

Imersa em uma realidade completamente diferente, me perguntava porque mesmo com os malefícios da fumicultura esses fumicultores continuavam plantando tabaco. A segunda pergunta que fiz a eles era com esse teor. O que responderam?

Eu gosto de plantar fumo, eu já estou acostumada, que nem aqui, estamos no serviço bom, conversandinho, na sombra. Eu fui criada assim, eu gosto de trabalhar. Nunca passei mal. A vantagem do fumo é para quem tem pouca terra, se não seria soja, mas em 1 alqueire você faz um volume de 50/70 mil reais bruto, então se você não tiver muita conta te sobra bastante. E em 1 alqueire de soja você nunca faz isso, faz uns 2 mil só, veja a diferença! Feijão também não dá. E o fumo não é uma coisa que estraga muito, sabe? E tem seguro, se der uma pedreira tem seguro. No feijão e soja se dá uma peste você não ganha nada, já o fumo não tem muita peste. O lucro é mais alto. Não plantamos outras coisas porque temos pouco terreno. Pessoal que tem pouco terreno o fumo é que dá mais renda (#1, 2015).

Os pontos positivos do fumo é que é a única coisa que a gente consegue na lavoura é um fumo porque se for ver, leiteria é menor rentabilidade. E eu gosto de trabalhar no fumo porque a gente trabalha na sombra. E pra mim não tem ponto negativo porque tudo que eu faço eu gosto de fazer (#2, 2015).

No momento em que a fumicultura falava sobre as vantagens de plantar fumo foi interrompida pela filha que afirmou que para ela a fumicultura tinha muitos pontos negativos, e então a entrevistada prosseguiu:

É para a minha filha tem porque ela passa mal. No fumo verde da intoxicação e no seco dor de cabeça e no fumo verde não pode dormir e noite. Mas eu, meu marido e a outra filha não faz mal. Os pontos negativos do fumo são os venenos que você tem que usar, pior coisa que tem. Quem tem pouca terra igual nós, o que dá mais é a lavoura de fumo porque com pouca terra você consegue. Soja da rentabilidade mas você precisa ter maquinário, caminhão, porque se você for pagar para colher, pagar o frete dá muito pouco. Tenho 3 irmãos homens e 2 irmãs mulheres. minha irmã planta fumo, meu outro irmão faleceu, e o outro não planta porque a mulher dele é muito doente. Mas aqui a maioria das pessoas plantam fumo por serem pequenos proprietários, daí não tem muita terra, tem que plantar. Plantamos outras coisas para o gasto, um pouquinho de feijão, um pouquinho de milho, batatinha e as miudezas, mas para o comércio mesmo é o fumo. Só plantamos um pouquinho para o consumo (#2, 2015).

O bom do fumo é que em pouco terreno você já faz dinheiro, mas é ruim a parte do serviço, muito pesado. Enquanto não tiver outra coisa quero ficar no fumo porque é melhor que as outras coisas (#3, 2015).

Hoje em dia eu acho bobagem quando dizem que o fumo é só veneno, não é! Não é não, porque está tudo bem controlado e tem também o orgânico que não tem veneno nenhum (#4, 2015).

Neste momento o entrevistado #4 foi interrompido pela esposa, a fumicultora #3, que afirmou que sua mãe está com 79 anos e seu pai com 80 anos, ambos trabalharam a vida inteira no fumo e vivem bem, conseguem fazer os serviços de casa, portanto, é devido a essas razões que a fumicultora #3 afirma que o fumo não é prejudicial. O entrevistado #4 prossegue:

Eu não considero o fumo prejudicial porque se você trabalhar dentro da lei nada vai te prejudicar e é assim para qualquer serviço. Mas o fumo é uma coisa boa. Eu resumo dizendo que o plantar fumo te abre porta, se você não planta fumo te fecha porta no sentido de crédito, você compra com mais facilidade. No mercado por exemplo, ano passado a conta final deu 12 mil, e se não fosse isso (plantar fumo), ele (dono do mercado) não ia poder vender, não que ele não pudesse, mas eu não ia poder. Ano passado deu certinho 10 meses de compra e daí eu acertei. Acho que ele cobrou muitos juros, mas tem que ser assim, nosso Pronafinho não deu certo, é um direito do Agricultor Familiar, mas o terreno está no nome do meu sogro e ele não queria (#4, 2015).

Nos momentos em que ouvia esses relatos percebi que o fato de plantar fumo está intimamente ligado com a geração de renda, pois os fumicultores e fumicultoras afirmam que o fumo dá um maior retorno financeiro que outras atividades agrícolas, além é claro deles já estarem acostumados com esse serviço, portanto suas práticas já estão naturalizadas, desta forma eles demonstram saber que de certa maneira o fumo faz mal, mas não admitem que os malefícios possam os atingir.

3.3 O USO DOS E.P.I's

Aproveitando que os fumicultores falavam das vantagens e algumas desvantagens do plantio, colheita e seca do fumo, quis saber a visão deles sobre o uso do E.P.I e também sobre questões ligadas à fiscalização das empresas nesse quesito, pois é sabido que por responsabilidade contratual a empresa deve fornecer o E.P.I e todas as instruções possíveis para que o fumicultor trabalhe com segurança.

“Única proteção que a gente usa é luva, e quando o fumo está molhada dae vestem o macacão e o avental” (#2, 2015).

Figura 4 – EPI usado na fumicultura



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Nunca passei mal. Alguns passam, mas agora eles tomam mais cuidado, trabalham com manga comprida. Antigamente a turma não gostava de passar calor, achavam que as proteções que a firma manda eram burrice, mas eles foram usando e foram vendo que protege, então agora eles usam mais as proteções, então não faz tanto mal. Aqui não tem fiscalização para o E.P.I., a gente escuta falar que tem, mas é que aqui é muita gente né? (#1, 2015).

Hoje em dia você tem as coisas, E.P.I., máscaras, nós usamos porque é obrigado, né? E sempre que você pensa em veneno você já pensa em se protege! Tem até uma placa para colocar nos canteiros e na lavoura para advertir vocês que nem de fora, pois se passamos veneno ontem, hoje tem que estar a placa lá, e só entra com E.P.I. Outra coisa, o lugar de preparar e por o veneno, 30 metros longe da propriedade. Um armário caro que pagamos, mas se obriga pra tirar o veneno de perto da casa. Hoje se você não cumprir as exigências está fora, nem pedido não dão. Vamos supor, secar fumo com lenha nativa não dá! Claro que a lei é boa, só que eu penso que nem precisava disso, cada um tem que saber do prejuízo que está dando, por exemplo se continuar derrubando mata não vai ter mais, vai se acabar. Então se não seguir as regras deles não planta (#4, 2015).

Figura 5 – Depósito de agrotóxicos



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Quem sabe trabalhar com luva é bom, eu não consigo, meu serviço para! Mas não é obrigatório, só por um capricho. Eu não consigo nem de manga comprida, tem que ser de manga curta. Tem gente que usa avental, eu não posso com nada disso. Eu não passo mal, mesmo quando era pequeno. Uma vez eu passei mal mas não foi por causa do fumo, foi por causa de pepino, sério mesmo! Isso faz anos, nós tava colhendo e queria terminar, já tinha passado da hora do almoço e sobrou uma linha adubada que plantamos pepino e eu comi aquele pepino e me fez mal, mas não da colheita, daquele pepino quente, dai o sol, passei muito mal! (#4, 2015).

Figura 6 – Luva usada para colher fumo



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Conforme os fumicultores me explicavam sobre os E.P.I's percebi que eles possuem conhecimento da importância em de se cumprir as leis de segurança que a empresa estabelece contratualmente, mas ainda assim alguns pensam estarem isentos de risco, pois sempre que possível afirmam que não passam mal e que não se acostumam com as vestimentas do E.P.I.

3.4 RUPTURAS E CONTINUIDADES COM RELAÇÃO A TECNOLOGIA

No decorrer de cada entrevista percebia o saudosismo com que os fumicultores relatavam suas vivencias do passado e também o entusiasmo que me contavam as histórias do presente. Quando me levaram até as plantações de tabaco e a estufa pude enxergar o cenário onde tudo acontecia. Observei atentamente cada pedaço de história contida nas folhas de fumo, na estufa modernizada, nas lenhas empilhadas para servir o fogo que seca o tabaco.

Imersa naquele ambiente pude ver cada detalhe da vivência daqueles fumicultores, como a cama ao lado da fornalha, onde o fumicultor passa a noite velando o fogo, não pode deixar queimar demais e nem apagar, precisa manter a

temperatura certa e para isso se manter vigilante, dedicando-se integralmente ao trabalho, abstendo-se até do sono.

Figura 7 – Espaço de pernoite para que o fumicultor possa cuidar da secagem do fumo



Fonte: Pesquisa de Campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Em cada espaço que observava eles me contavam histórias diferentes e mostravam absoluto conhecimento sobre suas práticas trabalhistas, sobre como tudo funcionava quando eram crianças e como está atualmente, as rupturas e as continuidades.

Antigamente nós usava a estufa antiga, a de quadradinho, ia pendurando o fumo, mas hoje quase ninguém mais usa essa. Essa é a elétrica que usamos agora. Tem a temperatura, umidade, tudo controlado! A noite tem que ficar alguém cuidando, mas ela é com motor, ventila com ar forçado, os motores que fazem o ar subir e as folhas ficam soltas, mas outra tinha que arrumar tudo. No manual de uso exemplifica tudo, a secagem da folha até amarelar, tudo controlado. Agora com o motor na estufa é bem rápido, se eu para hoje em meio dia, espero a estufa esfriar e no outro dia já descarrego. Na estufa de quadradinho tinha que esperar uns dois, três dias, e com o ar forçado é rapidinho, sem contar que divide o serviço, não precisa ficar amarrando o fumo. Faz quatro anos que estamos com essa (#1, 2015).

Modernizou, antes era tudo convencional a lavoura, era o dobro do serviço. Agora com plantio direto reduziu a metade, até o custo porque diminuiu a mão de obra. Nas estufas também, antigamente não era elétrica, era tudo

na mão, agora é tudo regulado, estamos com essa há uns 10 anos (#2, 2015).

Agora está mais fácil, tem estufa que não precisa amarrar o fumo, mas serviço sempre tem. As negociações pioraram, nossa firma é muito exigente, não compram baixeiro, não compram nada, só fumo bom, daí vendemos por fora. 80 mil pés das umas 8 estufadas, nós tínhamos que ter duas, mas não temos. Isso que essa é elétrica, mudamos faz 6 anos. Melhorou muito, é mais leve, menos serviço e mais rápida. Aqui é perto de casa, então deixamos o alarme para avisar quando tem que colocar mais lenha (#3, 2015).

Figura 8 – Visão interna da estufa



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Hoje você produz muda na bandeja, antes era na terra, a semente era diferente, hoje é tudo semente *peletizada*¹⁸ para plantar com a semeadeira, na bandeja, muda na água, tratamento, veneno vai muito pouco nos canteiros. Antes era veneno em pó, veneno para canteiro não tinha, era só na lavoura, então quando passava tinha que esperar a tarde porque não aguentava ficar ali, e de tarde nunca tinha vento, então parava aquela nuvem de pó, cobria o fumaço inteiro e você respirando aquilo, sobancelha ficava branca, o cabelo também. O modo de secar e fazer mudou (#4, 2015).

18 Segundo o Instituto de Pesquisa e Estudos florestais a peletização é um processo de recobrimento de sementes, utilizando material inerte com o objetivo de facilitar a manipulação, através da homogeneização de tamanho e forma e/ou tratamento. Geralmente é usado em sementes pequenas ou com forma que dificulta o plantio. As sementes peletizadas oferecem uma série de facilidades, com uma redução de custo expressiva na produção de mudas. A semeadura e a classificação das mudas por porte são exemplos de operações facilitadas. Outro fator importante é a não necessidade de desbastes das plântulas, já que são semeadas apenas uma semente por tubete ou saco plástico.

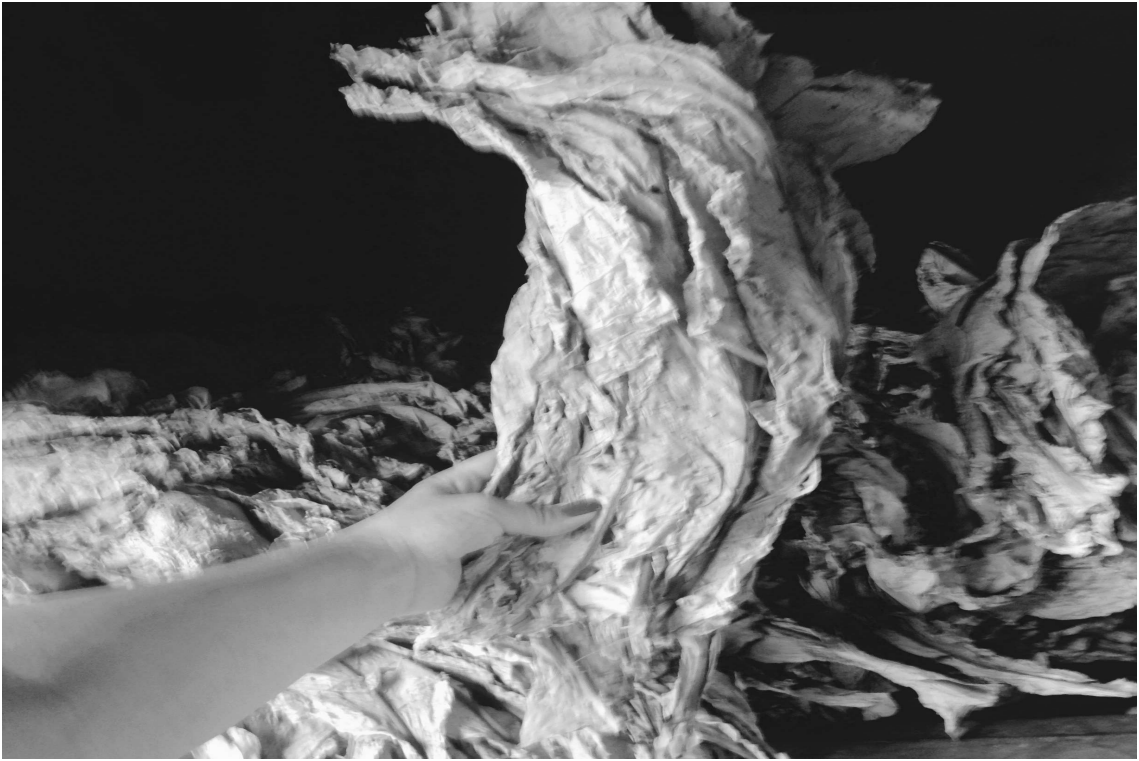
Figura 9 – Forno e motor de controle da temperatura da estufa de fumo



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

Meu Deus do céu o sofrimento que era, trazer o fumo da roça, dai colocar aqui, amarrar tudo na máquina, aquele sofrimento, a máquina enguiçava e você precisando fazer a colheita, dai pendurar nos estaleiros provisórios e depois de tudo pronto você arrebetado de cansa, pegar uma por uma, levar pra dentro da estufa e erguer. Hoje não, hoje você já pega o fumo e leva pra dentro, quando você termina de colher lá, a carga aqui já acabou, assim é mais leviano. E outras coisas, uma estufa você sofria tudo aquilo e dava em torno de 700/800 Kg, de fumo seco por todo aquele serviço, essa aqui da 1000/1200 Kg, de fumo com metade do serviço e a metade do tempo, porque daquele jeito se levava 12 dias de fogo, essa aqui seca com 6 dias. Então veja a quantia que melhorou. Mudou pouco mais mudou para melhor! (#4, 2015).

Figura 10 – Folhas de fumo após a secagem



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

80 mil pés dá 12 toneladas de fumo, isso que não pegam o *baixeiro*. Mais ou menos 6 toneladas para cada 40 mil pés. Hoje pra fazer as covas não é mais com a mão, é uma maquina, se trabalha em dupla. Se for um *jogador* bom da pra plantar 10 mil pés de cedo até tarde. Um com a bandeja com a muda nos substratos e outro fazendo as covas. Antigamente plantava de tudo, antigamente era mais, nós ainda plantamos de tudo, mas em pouca quantidade para não ficar indo no mercado. Nos anos 60 quando começaram a plantar era pouco, acredito que de uns 25 anos, 20 anos que o fumo começou a sair pro mundo, isso melhorou aqui, se não eu não ia estar plantando fumo (#4, 2015).

Figura 11 – Equipamento de plantio de fumo



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

3.5 RUPTURAS E CONTINUIDADES COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

Os fumicultores relataram muitas diferenças do passado e presente sobre as tecnologias, mas também se mostraram atentos ao ambiente, pois trabalham desde que eram crianças e percebem facilmente as mudanças ambientais.

tudo mudou de antigamente, dá para ver no dia-a-dia. Há poucos anos atrás não era esse sofrimento. O calor é o dobro, as terras eram melhor. E aqui a gente não consegue fazer rotação de cultura, daí nós mudamos de variedade de fumo, eu mudo há cada dois anos, são dois alqueires de fumo (#4, 2015)

“Para secar tem que ser Bracatinga ou Eucalipto, não pode ser madeira nativa, antigamente usava, agora não dá mais. As embalagens tem que ser guardadas no armário, lavadas e devolvidas” (#3, 2015).

Figura 12 – Lenha de eucalípto para secagem do fumo



Fonte: Pesquisa de campo. Nota: Foto da autora, 2015.

O ambiente muda muito, veja, veneno por exemplo, é usado menos, mas eles são muito mais fortes porque tem mais pragas, e elas são mais resistentes aos venenos. Antes vinha veneno em saco, mas era fraco e o bicho era fraco. Hoje em dia não. Antigamente ninguém ouvi falar em lagarta cortando fumo dentro da terra que nem atacou lá embaixo, hoje se você não fizer um banho de imunização na bandeja antes de plantar, as lagartas comem tudo, isso aí é uma praga! Agora apareceu uma tal lagarta da maçã que ataca a copa do fumo antes de florescer e estraga a ponteira do fumo, se deixar estraga toda a lavoura. Como o veneno é mais caro nós fomos matar a mão! O que nós matamos! Nossa! Tem um veneno *premium*, mas custa R\$600,00 o litro e ainda é proibido para o fumo porque deixa resíduo. Não usamos nada que deixa resíduos porque se não é rejeitado quando é para ir pra fora do Brasil e o que pode usar vem tudo da empresa, vem um papel "o que pode e o que não pode", o que não pode é feito um X, a gente tem consciência e não usa o que não pode, mas tem gente que usa. Eu sei que se eu colocar um veneno forte no fumo daqui um ano ou dois vai estar matando gente e o cigarro mata, mas mata aos poucos, não com tanto veneno! Então, a produção da planta do fumo no que implica? O fumo por si só é uma planta venenosa, o fumo por si só é uma planta tóxica, então eu acho que o trabalhar com o fumo não trás problema porque a gente procura se proteger na medida do possível e não abusa com veneno, porque se for passar um veneno forte que se compra em uma loja tem que se lembrar que amanhã você tem que entrar na lavoura, não dá pra defender uma parte e prejudicar outra. Mas os venenos que eles oferecem não são prejudiciais nesse sentido, mas a gente não abusa, se passa o veneno tem dois dias de carência. Por isso dá placa na lavoura, pra sinalizar. Se a placa estiver levantada é sinal que foi passado veneno ontem, então para colher é só de E.P.I, mas ninguém aguenta colher fumo de E.P.I o dia inteiro. Hoje é feito colheita de amostra para análise, pega umas 11 folhas, pega e leva para análise. Pega 11 folhas de cada colheita, se tiver resíduos de veneno que

não é pro fumo eles (empresa), não compram. Ano passado eu fiquei com medo porque o meu fumal é do lado do soja, e eles usaram glifosato, e antes nós podia usar, mas hoje não pode mais. A lavoura de soja fica a meio metro da minha lavoura, então se ele pegar daquelas folhas lá de perto eu ia ser pego como se estivesse usado o veneno. Ano passado eu ganhei uma lenha de limpeza das árvores que estavam muito perto do soja e me denunciaram, eles vieram aqui (empresa). Tive que esconder a lenha no meio do mato e usar a noite. Eu não corto, mas isso eu ganhei. O supervisor disse que o emprego dele dependia da minha lenha, então eu tinha que estar na lei (#4, 2015).

Pude perceber que em alguns momento o fumicultor #4 se contradizia(?), pois ora falava que o fumo por si só era venenoso, mas logo que se dava conta de seu discurso tentava defende essa prática falando que o tabaco não faz mal aos trabalhadores pois por eles terem consciência disso tentavam na medida do possível se proteger com os E.P.'s e tomar dos devidos cuidados com os venenos. De modo geral os fumicultores mostraram preocupação em cuidar do ambiente e agir da maneira como a empresa exige contratualmente.

3.6 O TRABALHO INFANTIL NA FUMICULTURA

Uma das questões que mais me deixou curiosa enquanto os fumicultores narravam suas histórias foi com relação ao trabalho infantil, tema central nesta dissertação. Tentei entender os pormenores dessa prática, a visão dos fumicultores sobre o trabalho infantil, como eles julgavam terem trabalhado enquanto criança e como vêem o trabalho infantil atualmente.

Eu não vejo criança trabalhando porque não pode. É assinado um termo para se integrar as empresa, você não pode empregar idoso e nem criança. Se fosse para eu colocar minha filha para trabalhar eu parava de plantar fumo, não acho justo, eu já sofri demais com isso e não quero que ela siga o mesmo caminho, nós nos criamos sofrendo, mas a situação era diferente, não tem nem comparação. Quando nós plantava fumo com o pai nós estava começando, e eu era mais velho, então se o pai não pudesse contar com a minha mão de obra pra fazer a safra, como que ele ia fazer para poder dar de comer nós? Não tinha como, então é tudo uma cadeia. Se nós tivesse tido 11 filhos igual a mãe, não precisava trocar dia nem nada, mas nós tivemos uma (#4, 2015).

Comecei desde pequena, devia ter uns sete, oito anos a gente ajudava a mãe na casa e daí ia junto para a estufa. Os outros irmãos também. Eu nasci aqui e nunca me mudei. Eu sempre gostei de trabalhar no fumo. Via os outros fazendo e fazia na brincadeira. Mas quando éramos pequenos nós mais aprontava no fumo do que trabalhava (#2, 2015).

“Ajudava o pai a fazer *bonecas*, quando cresci fui fazendo o serviço mais pesado. Comecei a trabalhar pequena com meu pai, *embonecando*, e fui aprendendo”. (#1, 2015).

Eu trabalhava tanto para aprender quanto pra não precisar pagar alguém de fora, os dois, tanto é que eu acredito que se fosse para eu trabalhar a partir dos 18 eu não ia querer trabalha, como eu já vim trabalhando de pouquinho em pouquinho, fazendo boneca, coisa mais leve, daí você vai pegando o gosto e continua, mas quando eu era pequena eu nunca fiz nenhum trabalho pesado (#1, 2015).

Eu trabalhava quando criança mais para aprender, porque o pai toda vida tinha gente para ir na lavoura. A gente ia com a mãe porque ela ia e levava a gente para ir ensinando, até mesmo em casa, porque se você tem uma menina pequena tem que ensinar a lavar uma louça, arrumar o quarto, porque se você for ensinar depois de grande não aprende mais (#2, 2015).

“O pai colocou a gente pra aprender a trabalhar e para economizar também, hoje eu planto nos terrenos do pai”. (#3, 2015)

Eu trabalhava pra ajudar e também para aprender. Porque se o meu pai não tivesse me colocado para trabalhar desde criança hoje eu não seria um plantador de fumo porque eu não saberia plantar. Veja, o meu cunhado, estudou, estudou, estudou e trabalha no fumo! O meu cunhado tem o segundo grau completo, mas optou por plantar fumo, por não gostar de trabalhar de empregado, isso que é a verdade. Trabalhou no posto, mas saiu porque não gosta de ser mandado, gosta de ser patrão, embora de repente o emprego lá pra ele seja melhor, mas ele não gosta de ser mandado No meu caso já se inverte, tenho o primário "a cacete" (#4, 2015).

Com as narrativas acima expostas percebi que o trabalho na fumicultura acontece por questões econômicas e também culturais, pois algumas vezes os fumicultores e fumicultoras relataram que era necessário ajudar os pais/avós na lavoura fumageira por falta de condições econômicas e isso refletiu em seus estudos, pois não conseguiram frequentar a escola, outros relatos mostram que os pais tinham condições econômicas para contratar alguém para ajudar no processo de produção do tabaco, mas ainda assim faziam com que os filhos fizessem o ofício. Ao que entendi isso demonstra uma preocupação em fazer com que os filhos aprendam uma profissão, gostem de trabalhar e assim garantam seu futuro.

De modo geral os fumicultores entrevistados demonstram enxergar como importante terem trabalhado enquanto criança, porém, o fumicultor #4, 2015 afirma que se fosse para colocar uma filha dele para plantar fumo preferia parar, pois diz que já sofreu demais e que não acha justo ela passar por isso também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observou-se no decorrer desta dissertação, a fumicultura representa uma efetiva maneira de geração de renda, especialmente para famílias pertencentes à agricultura familiar dos três estados do sul do Brasil. Introjetada neste contexto, a cidade de Palmeira/PR, possui aproximadamente 1200 famílias que tiram seu sustento da agricultura familiar fumageira. Este tipo de cultivo agrícola está presente em Palmeira/PR, aproximadamente a partir dos anos 60, e continua representando grande importância econômica para a região.

Além da importância econômica, a fumicultura enquanto um trabalho reconhecido na sociedade e na esfera global, faz com o que os produtores e produtoras desenvolvam uma representação de identidade com este trabalho, pois nas entrevistas ficou evidente que nenhum produtor ou produtora tinha interesse em mudar de ramo de atividade agrícola, ao contrário, eles buscavam meios de minimizar os pontos negativos do plantio de tabaco e enaltecer os pontos positivos.

Essa situação, porém, não é onanimes para os adolescentes e jovens, que em sua maioria demonstraram não gostar do trabalho na fumicultura e não ter interesse em dar continuidade a atividade de seus pais e mães na lavoura fumageira.

Esta dissertação, que teve base na metodologia da História oral, procurou identificar os motivos que levam os pais e mães fumicultores e fumicultoras a contarem ou não com a mão de obra infantil nas atividades fumageiras, ou seja, as percepções desses sujeitos sobre o trabalho infantil no processo de produção de tabaco. Desta maneira, pode-se tecer inúmeras considerações sobre essas percepções, mas também sobre temas tangentes à este e que fazem parte do entendimento contextual da dissertação.

No decorrer das entrevistas evidenciou-se que tanto pais e mães fumicultores e fumicultoras quanto adolescentes e jovens, sabem dos riscos que a produção de tabaco trás a saúde, porém, algumas vezes naturalizam esse fato, ou se consideram isentos desses riscos, com um discurso que busca mascarar os prejuízos que o tabaco ocasiona à saúde.

A preocupação com a saúde aparece como algo secundário em detrimento a importância do trabalho e, visto que a fumicultura é uma atividade muitas vezes hereditária, isso acaba sendo um empecilho para que fumicultores e fumicultoras busquem mudanças em seus trabalhos. Os e as jovens já inseridos nessa lógica

sistêmica, afirmam que não querem dar continuidade ao trabalho de seus pais, mesmo os que afirmam gostar do trabalho na fumicultura.

A preocupação do Estado com esses trabalhadores não representa algo efetivo, pois apesar de alguns avanços na legislação, como os itens da CQCT e a RN31, pontua-se que o grupo pesquisado representa diversas regiões fumageiras da cidade de Palmeira/PR, e em nenhum comentário os entrevistados e as entrevistadas citaram o projeto diversificação em áreas com tabaco.

No caso desta pesquisa, evidências de preocupação do Estado aparecem efetivas não o se tratar propriamente da saúde do trabalhador e da trabalhadora, porém, aparece através das empresas fumageiras. Isso acontece quando as mesmas cobram dos produtores e produtoras algumas medidas específicas, como é o caso da proibição do corte de árvores nativas, ou da construção do armário para guardar as embalagens de agrotóxicos. Porém, há de se questionar até que ponto essas leis representam reais preocupações com a preservação do ambiente, ou se apenas servem para cumprir protocolos governamentais e de sustentabilidade para que assim as empresas consigam se manter no mercado.

De uma forma ou outra, do ponto de vista micro essas políticas de preservação ambiental são efetivas e chegam ao conhecimento do produtor e da produtora de tabaco, bem como de seus filhos e filhas, que passam a se educar através da mesma lógica de seus pais, ou seja, através da possibilidade de manter o vínculo contratual com a empresa ou simplesmente através do medo em não cumprir os protocolos e ter este vínculo rompido. Percebe-se claramente a relação de poder estabelecida através do contrato com empresas *versus* fumicultores e fumicultoras.

Vale lembrar que as empresas fumageiras demonstram desde a década de 20, usar artifícios e estratégias mercadológicas para continuar a vender seus produtos e conseguirem se manter no mercado. Assim, mesmo com o empenho de ONG's, instituições, organizações, coletivos e pessoas engajadas no combate contra o tabagismo, esta realidade se confronta com a geração de capital que as empresas fumageiras representam.

Com relação ao processo produtivo do tabaco, percebe-se que os entrevistados e entrevistadas têm conhecimento acumulado de longa data sobre todas as etapas produtivas do fumo, isso se estende para os e as adolescentes e jovens que sabem descrever minuciosamente todo o processo: semadura, plantio, colheita, classificação, secagem, venda e exportação do tabaco.

Através das entrevistas, ficou evidente que os motivos que levam alguns fumicultores e fumicultoras a contar com a mão de obra infantil é o fato de perceberem isso como um facilitador de um aprender a trabalhar. Nesse sentido, questões econômicas e culturais se fundem.

A importância do trabalho é relevante através de um viés cultural, pois o trabalho está ligado à representação da própria pessoa, assim, é algo necessário aos filhos e filhas dos fumicultores, porém, este trabalho não precisa especificamente ser na fumicultura, mas tem que acontecer em alguma esfera da vida. Portanto, o trabalho aparece como ponto central à necessidade das famílias entrevistadas.

Este viés cultural, porém, tem em seu cerne uma raiz econômica, que ao longo do tempo foi capaz de criar um paradigma produtivista onde as pessoas passam a ser meros sujeitos que servem um sistema capitalista que precisa manter sua hegemonia ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, G. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia da América portuguesa - Um balanço Historiográfico. **SAECULUM. Revista de História**, João Pessoa, n. 12, jan/jun. 2005.
- ACIOLI, G.; MENZ, M. M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Revista Afro-Ásia da UFBA**, n. 37, p. 43-73, 2008.
- AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. **Maiores produtores mundiais**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/93>>. Acesso em: 22 de abril de 2015.
- ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- AREND, S. M. F. A criança universal no discurso da imprensa brasileira (Florianópolis, 1940-1950). In: **Anais do Seminário Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder**. Florianópolis, UFSC, 2008. p. 5-28.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.
- BAUMAN, Z. **Da igualdade ao multiculturalismo**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.
- BRASIL. **Declaração dos Direitos da Criança**. UNICEF. 1959. Disponível em: <http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de novembro de 2014.
- BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Convenção do quadro para controle do tabaco**. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee/Conven%C3%A7%C3%A3oQuadro+para+o+Controle+do+Tabaco+em+portugu%C3%AAs.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a3abd004eb68a22a09bb2f11fae00ee>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.
- BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. 2009. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=2588>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Dia mundial sem tabaco.** 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/dia_mundial_sem_tabaco/site/2012/meio_ambiente_tabaco>. Acesso em: 17 de junho de 2015.

BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Faz mal pra você e pro planeta.** 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/dia_mundial_sem_tabaco/site/2012/faz_mal_pra_voce_e_pro_planeta>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Dia nacional de combate ao fumo.** 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/dia_mundial_sem_tabaco/site/2012/dia_nacional_combate_fumo>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio no Exterior. **Fumo-Análise da Conjuntura Agropecuária.** DERAL, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2013_14.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Normas regulamentadoras.** 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acessado em: 11 maio. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha do PETI.** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério Público. **Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil.** 2013. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/manual_erradicacao_trab_infantil.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2015.

BRASIL. SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural. **Fumo- análise da conjuntura agropecuária.** DERAL, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2013_14.pdf>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8.262, de 31 de maio de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.** Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

BRASIL. OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Catavento e cartão vermelho no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.** 2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/catavento-e-cartao-vermelho-no-dia-mundial-de-combate-ao-trabalho-infantil>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.** Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 17 de novembro de 2013.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 51-66.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da criança e do adolescente.** Criciúma: UNESC, 2009.

DANTAS, Nozângela Maria Rolim. **Programa de erradicação do trabalho infantil: uma análise da função e qualificação dos monitores da jornada ampliada da cidade de João Pessoa João Pessoa-PB,** 2007. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert07/Nozangela/Noz%E2ngela%20M aria.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2015.

DIAS, J. C.; ARAUJO, G. S. **O trabalho Infantil doméstico no Brasil.** Avaliação a partir de microdados da Pnad/IBGE. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI. Brasília, 2013.

DINIZ, M. S. **A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sócio-demográficos.** Belo Horizonte, 2008.

DRAIBE, S. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: PAULANI, L.M.; SOLA, L. (Orgs). **Lições da década de 80.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, M. A. F; ETGES, E.V. Os produtores de fumo da Bacia do Rio Pardilho: o cotidiano subalterno e a difícil mudança. In: INCLUI ETGES, E.V. **A produção de**

tabaco: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 170- 194.

FNPETI – **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 2013.** Disponível em: < <http://www.fnpeti.org.br/noticia/1416-dados-da-pnad-de-2013-revelam-timida-reducao-do-trabalho-infantil.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

FONSECA, M.G.U. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007.

FREITAS, M. C. de (org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDAÇÃO ABRIQ. Disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/index.php/contato?gclid=CKfEjvjYrccCFdgOgQoddTAGQ>>. Acesso em: 26 de março de 2015.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

GORZ, A. **Metamorfose do trabalho:** crítica da razão econômica. São Paulo: Anna Blume, 2003.

GROSS, C. A. **Contratos de compra e venda do fumo.** A eterna Dependência do fumicultor perante a empresa fumageira. 2010.

GROSS, C. A. **Relatório sobre produção de fumo no município de Palmeira.** Palmeira, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HEEMANN, F. **O cultivo de fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

JTI – Guia da Agricultura Sustentável 3. **Reflorestamento e manejo da cura em tabaco Virgínia.** s.a.

JTI – Guia da Agricultura Sustentável. A folha do Tabaco. **Informativo Técnico.** Ano 2, n. 4, Março, 2013.

JTI – Guia da Agricultura Sustentável. **Informativo Técnico.** Ano 12, n. 30, Dezembro, 2011.

LAPA, J. R. do A. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 6-7, jun. e dez. 1968.

LEITE, M. M. L. In: FREITAS, M. C. de (org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KASSOUF, A. L. (Coord.). OIT - Organização Internacional do Trabalho. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. Brasília: OIT, 2004.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 17, n. 2, p. 323-350, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>>. Acesso em: 07 de agosto de 2015.

KLANOVICZ, J. **Memória, fotografia e algumas versões**: um estudo de caso sobre o papel da memória no sul do Brasil. Iberoamericana. Berlim, n.24, p.7-20, 2009.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESPE, 1992, p. 133-161.

MARCILIO, M. L. In: FREITAS, M. C. de (org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCHI, R. C. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

MAYER, V. L. **Histórico do Município de Palmeira**. Palmeira: Vozes do Passado I, 1992.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. **Medicina**, v.24, n.2, p.70-77, 1991.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Número de crianças que trabalham caiu um terço desde 2000**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/numero-de-criancas-que-trabalham-caiu-um-terco-desde-2000>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

PARANÁ – IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social. 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84130>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

PARANÁ. IAP. Instituto Ambiental do Paraná. 2015. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1328>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

- PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 239-260 – 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Brasil colônia**. 6. ed. Brasiliense. São Paulo, 1961.
- QUEIROS, S. **Tratado de toxicologia ocupacional**. São Paulo: Ed Biblioteca, 2010.
- STEWART, M. **Environmental history and southern USA plantations**. Munich: Rachel Carson Center, 2011.
- RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. **FIA - Fundação para a Infância e Adolescência**. 2015. Disponível em: <<http://www.fia.rj.gov.br/historia.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2015.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Universitária USU: Amais Livraria e Editora, 1996.
- SILVA, S. S.; FERREIRA, P. A. A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre impactos da convenção-quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal. **Anais XXVI ENEGEP**, Fortaleza, CE, 2006.
- SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. Disponível em: <www.sinditabaco.com.br>. Acesso em: 30 de março de 2014.
- SOUZA, R. P. Convenção - quadro para controle do tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009, **Anais....** Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/606.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2015.
- SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M. **Trabalho infantil e suas influências sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná-BR**. s/d. Souzacruz. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br>> Acesso em: 2 fev. 2014.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001.
- THONSOM, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 341-364, 2002.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIELA, M. A. L.; VENDRAMINI, C. R. O Averso dos direitos da criança: a erradicação do trabalho infantil em debate. **Revista Pedagógica** - UNOCHAPECÓ, 2010.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul- RS.** (1849-1993). Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta:** uma história, Alto Juruá, Acre (1890 – 1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

#1. **Entrevista I.** Fevereiro de 2015. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2015. 1 arquivo .mp3 (0:15:56).

#2. **Entrevista II.** Fevereiro de 2015. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2015. 1 arquivo .mp3 (0:35:54).

#3. **Entrevista III.** Fevereiro de 2015. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2015. 1 arquivo .mp3 (0:56:58).

#4. **Entrevista IV.** Fevereiro de 2015. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2015. 1 arquivo .mp3 (1:09:71).

#D. **Entrevista V.** Julho de 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013. 1 arquivo .mp3 (0:17:30).

#R, **Entrevista VI.** Julho de 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013. 1 arquivo .mp3 (0:24:55).

#C, **Entrevista VII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#E, **Entrevista VIII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#F, **Entrevista IX.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#J, **Entrevista X.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#H, **Entrevista XI.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#K, **Entrevista XII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#N, **Entrevista XIII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#P, **Entrevista XIV.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR,

2013.

#R, **Entrevista XV.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#T, **Entrevista XVI.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#U, **Entrevista XVII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

#V, **Entrevista XVIII.** 2013. Entrevistadora: Tarcila Kuhn Alves de Paula. Palmeira/PR, 2013.

ANEXOS

Questionário

1- Há quantos anos vocês plantam fumo?

2 - Quantos alqueires de terra são destinados ao fumo e quantos são destinados à outras culturas?

3- Todos os integrantes da família trabalham com a fumicultura?

4-Para qual empresa vocês vendem o fumo ? Como se dá a negociação?

5-Durante a colheita e secagem do fumo você e/ou as pessoas que trabalham nesse processo passam mal?

6-Na sua opinião a fumicultura causa algum impacto ambiental? De que maneira?

7-A empresa que compra o fumo de sua família tem se preocupado com o ambiente ou não? De que maneira?

8 - Qual sua opinião sobre o trabalho infantil nas lavouras de tabaco?

9 - Na sua opinião, é importante que crianças e adolescentes trabalhem, ou não? Explique.
